



A BATALHA

ANTIGO ÓRGÃO DA CONFEDERAÇÃO GERAL DO TRABALHO

ANO VI — VI SÉRIE — N.º 60 - MENSAL - ABRIL DE 1980 - 10\$00

FESTA DO JORNAL A BATALHA 11/4 - 21,30

MÚSICA ZECA AFONSO, VITORINO
ESTRADA DO SOM, VAI D'EMBUTE
XUTOS & PONTAPÉS, PAULA GOULART
E PIMENTEL

TEATRO ADELAIDE JOÃO, MANÉ
ALMEIDA E SOUSA, MANDRÁGORA

BANCAS, CONVIVÊNCIA & MUITO MAIS...
(O programa, que ainda não é definitivo, pode ser alterado por motivos imprevistos)

NA
**VOZ DO
OPERÁRIO**

Bilhetes à venda: na n.º sede, na Voz Anarquista, na Contra-
-a Corrente, Opinião, Assírio & Alvim, Era Nova e noutros locais.

Não deixes para o fim!

Ideologias, sociedades e trabalho : falsear conflitos

● O pensar e reagir comum em política está condicionado por três princípios principais:

— O maniqueísmo, que impõe uma lógica exclusivamente dualista (ou isto ou aquilo) e assim temos: bem-mal; verdadeiro-falso; direita-esquerda.

— A rotulagem, tudo e todos têm imperativamente que ter um rótulo que é atribuído em função da lógica do maquinismo dos dois campos possíveis e insalváveis.

— Os catecismos, súmulas de ideias reduzidas à sua máxima vulgaridade, de slogans e normas decoradas e aplicadas religiosamente.

● Por outro lado toda a ideologia quando formulada em sistema para uma maior eficácia na prática política, e enquanto tal a ideologia é totalizante e torna-se irremediavelmente totalitária, pois que todo o sistema é sempre autoregulador e hierárquico, incluindo mesmo o princípio de feedback que lhe permite controlar o seu desenvolvimento e existência, podendo mesmo criar crises que parecendo enfraquecê-lo o fortalecem. E toda a ideologia tem a sua concepção de sociedade que é veiculada no sistema em modelos de estruturas sócio-económicas que tenta impor uma vez que consiga obter os meios para tal, isto é, os aparelhos do poder.

CONFLITOS
NA SOCIEDADE
PORTUGUESA HOJE

Fácil será compreender que dentro das duas perspectivas acima referidas os verdadeiros

conflitos com que a sociedade portuguesa se debate são falsos uma vez que as suas componentes se tornam antigónicas e exclusivas e perde-se a relatividade que eles realmente têm no sistema sócio-político que os enquadra e assim temos esquerda versus direita: constituição versus reacção; capitalismo liberal versus capitalismo de estado; golpe de estado versus democracia e vice-versa. E acontece que em 75-76 uma assembleia escreve uma constituição a caminho do socialismo, em 76-78 aparece uma primeira contradição havendo a chamada maioria de esquerda: na assembleia tem-se simultaneamente um governo socialista que resvala à direita; a segunda contradição está que mesmo havendo concertação maioria de esquerda — governo socialista a política seguida estava desfazida da luta concreta dos trabalhadores. Estas contradições irão ser habilmente transformadas em descontentamento durante os governos presidenciais e aproveitadas pela direita coligada na AD. Estas lutas políticas subterrâneas, onde a aritmética eleitoral-parlamentar assume uma importância vital, em nada alteraram as relações sociais tendo unicamente mudado os donos dos aparelhos políticos, passando o poder das mãos de políticos com esta ideologia para políticos da outra ideologia, e por acto meramente constitucional e administrativo o país que se dizia para o socialismo em função do capitalismo de estado, hoje diz-se social-de-

mocrata em função da estrutura económica imposta ser a do capitalismo privado. Este balancear de estruturas e modelos económicos de negativa terá sobretudo a situação em que ficam os trabalhadores. Mas se estes continuarem a deixarem-se seduzir pelos os diferentes tipos de discursos dos políticos onde os problemas são escamoteados e falsos nos antagonismos daquilo que eles tem de relativo não mais verão resolvidos os problemas que só eles poderão começar a solucionar uma vez que sejam eles mesmos a reflectir sobre eles, desligarem-se da lógica maniqueísta direita-esquerda, ultrapassarem as rotulagens e esquecer/ignorar os catecismos pré-fabricados, criando assim uma atitude de crítica e criadora que possa possibilitar descobrir saídas que modifiquem as relações sociais.

ECONOMIA E TRABALHO

Tem sido em função do conceito de progresso enquanto produtividade que têm sido concebidos os modelos e as teorias económicas que por sua vez vão implicar directamente com a organização e a função do trabalho e dos trabalhadores. Pensamos que será, nas condições concretas da vida que se poderá encontrar a pedra de toque para o novo relacionamento social que permita ir concretizando uma nova sociedade, não que alheamos da nossa sociedade política, mas tão só que a esse nível o jogo está falseado e o

trunfo é sempre marcado por outros que não os próprios interessados e estes nunca são parceiros ou adversários mas a carta que estes profissionais da política tiram da manga para fazer vasa. Será no reordenamento do nosso quotidiano que nos devemos empenhar, sermos nós próprios a determinar o ritmo de vida; lazer-trabalho, criar e escolher os espaços de habitação e convívio, fazer opções no saber e na cultura.

Assim no campo do trabalho-lazer o horário de trabalho que nos é imposto tem a sua razão de ser dentro da lógica produtivista - desenvolvimentista do capitalismo liberal (o mesmo se verifica no modelo de capitalismo de estado por razões justificadas pela sua lógica interna) determina a nossa maneira de viver veicula conceitos como trabalho - emprego - ordenado - produção e o trabalhador é caracterizado como instrumento de produção e quantidade de produção e assim temos que o número de trabalhadores entra a somar com o número de instrumentos de produção disponíveis num dado momento para uma determinada situação o que cria o mercado de trabalho e permite originar crises de desemprego quando tal é necessário para o restabelecimento e o fortalecimento da saúde da economia. Sendo propositalmente ignorada e escamoteada a dimensão do trabalho como criação-realização individual e o trabalhador como pessoa que deve escolher em função das suas ca-

pacidades e interesses o trabalho que fazer.

Um exemplo e aposta que alguns sindicatos europeus dão é o de se terem lançado na luta pelas 35 horas que apresenta uma pluralidade de características que vão desde a possibilidade de resolver a chamada crise de desemprego, que existe porque é necessária até para criar situações que justifiquem outros interesses, que aumenta o tempo que cada um pode dispor, uma vez que o actual horário de trabalho é a soma das horas efectivas de trabalho mais o tempo que se leva do local se habita, as célebres cinturas industriais e as cidades dormitórias e outros pequenos pormenores que nos obriga a produzir e a dormir para estar em condições de produzir e estar na expectativa angustiante do sétimo dia da semana para pôr em ordem toda a nossa vida pessoal e íntima; nesta reivindicação dois aspectos são de maior importância, é justo, demasiadamente justo para alguns, que qualquer um de nós queira usufruir do direito à vida e não se ficar pela possibilidade da sobrevivência que a actual sociedade lhe quer unicamente conceder, por outro lado é uma luta sucessiva uma vez que ao pôr em causa tanto o conceito de progresso-produtividade como a própria natureza do trabalho e ao introduzir novos ritmos e correspondências entre trabalho e lazer fará desequilibrar a nossa vida o engrenagem da vida o hoje é dominada por outros interesses que não os nossos.

Na miséria do quotidiano, A BATALHA um jornal que não pensa por ti!



ABATALHA

ANTIGO ÓRGÃO DA CONFEDERAÇÃO GERAL DO TRABALHO

ANO VI — VI SÉRIE - N.º 61 - MENSAL - MAIO DE 1980 - 10\$00

A subtil Política da Repressão...

NÓS POR CÁ TODOS BEM...

O fascismo que nos dominou não passou em vão deixando na sociedade, nos homens e na política profundos sucos de violência, de demagogia, de fanatismo e de formação da responsabilidade moral e social do indivíduo. A ruptura interna do marxismo, que em nada afectou as bases estruturais do sistema, apenas transferiu para o aparelho do Estado novas classes políticas e outros interesses e a democracia, verdade à pressa no programa do MIA para se instalar, não se formou dos estímulos naturais que na hora própria se manifestaram nas iniciativas populares e criativas mas em breve manipuladas pelos aparelhos partidários para apoiar as panaceias eleitorais e parlamentares.

A esperança da liberdade e de justiça, de um socialismo promessa de um mundo novo que se enraizou nas multidões tem sido confrontada com uma realidade política desgastante e a crise cívica deixa em suspensão a frustração dessa esperança que atraiu ou ainda se abriga na crença simples dos políticos que prometem mudança quando nada muda.

Depois das «grandes jornadas» massificadas pelos partidos no pago das suas oportunidades e sobrepondo-se à sociedade civil vêm surgindo sequelas autoritárias do poder, as leis tributárias, as limitações dos direitos e o favoritismo das claque, a política forjada no alto, o governo impondo a sua ordem, e nas ruas como nos campos as forças policiais impõem, mesmo à bala, o que entende ser o «interesse nacional».

«RESPONSABILIDADE MORAL» PARA TODOS
A DITADURA SEGUE DENTRO DE MOMENTOS...

Esta «democracia», com uma Constituição que nem se cumpre, aproxima-se do regime caído. Os poderes repressivos do Estado, as polícias e os tribunais voltam a funcionar como outrora.

Assombra que um tribunal que julgou os membros do PRP condene-os com pesadas penas por «responsabilidade moral», figura jurídica tipicamente fascista e ultrapasando em severidade as penas pedidas pela acusação oficial e condenando uma mulher para quem a mesma acusação pedira a absolvição. E porque o tribunal recusa a amnistia que foi promulgada?

Terá afinal uma explicação. A tal independência do poder judicial pode afinal ser também a vanguarda de uma «resolução» dos poderes totalitários dentro dos quadros constitucionais desta democracia que, como já se disse em tempos, pode descausar da avaria técnica, da ditadura segue dentro de momentos.

MUDANÇA OU RETORNO

GOVERNO — A situação económica degrada-se. Os produtos essenciais desaparecem pelos mecanismos da especulação para reaparecerem momentaneamente a preços que sobem vertiginosamente, e o governo, o da emendação, fecha o cerco da tributação às classes que vivem apenas do salário, que paga imposto profissional, o complementar, o imposto

de transacção, que fica filada pelo número policial e fiscal a cevararem os salários já degradados pela inflação.

Com invulgar impudor o governo e seus embaixadores prometem a redução de impostos que continuam a serem-nos descontados, aumentos dos subsídios de amamentação como se todos fôssemos bebés, de maiores subsídios de funeral como se todos estivessemos para morrer.

OS SINDICATOS — A esta situação os sindicatos respondem com um surto de greves que buscam desesperadamente a recuperação do seu poder de compra, greves aliás de restrito benefício corporativo, desencadeadas na área das classes com algum poder reivindicativo, porque as que não o têm vão sentindo piores efeitos.

Estarão os sindicatos a contabilizarem votos para os partidos seus patronos, ou procuram um vazio político que favoreça outras clientelas partidárias? Não estarão com certeza a acelerarem a corrida dos salários-preços deixando sem resposta os inúmeros problemas como o desemprego, os contratos a prazo que constroem a liberdade de acção dos trabalhadores que os expõem ao despedimento?

OS PARTIDOS — Em 3. Maio há duelos oratórios, no Alentejo as tensões aumentam como o desemprego. As terras colectivizadas são repartidas em quintões fartos a novos barões, potenciais caciques eleitorais para um poder que pretendem consolidar, e este fundo dramático esconde toda a rotina e pobreza de uma estrutura agrária improdutiva.

REPRESSÃO — De novo a GNR tem a missão de «reformar» o Alentejo, o exército de preencher a Presidência da República, como se já estivessemos numa República das bananas, e a Polícia Judiciária de levar para os tribunais de alçada os que serviram de severos exemplos para os cidadãos descontentes.

...E O CIDADÃO — De novo se levanta o peso do fundo eleitoral, para nova Assembleia, novo Presidente e nova Constituição, definindo toda a problemática da conjuntura para o restrito campo político, privativo dos partidos, fronteira onde termina o cidadão pagante de impostos e a democracia é apenas a multidão.

A FARDA E O PERFIL

Vive-se já em plena pugna eleitoral. Esta democracia fardada que continua a tradição salazarista dos presidentes militares apenas pode escolher entre a infantaria, a cavalaria, a aviação ou a marinha.

Se o exército manteve o salazarismo, se o destituiu na hora em que não lhe convinha, não há dúvida que continua o país a ser uma colónia do exército qualquer que seja o perfil do candidato.

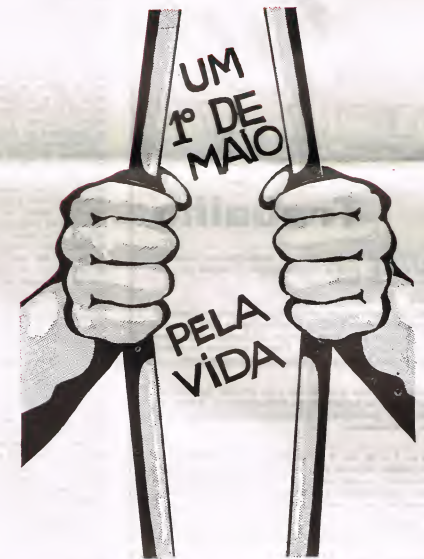
Vigora portanto o celebrado pacto MIA-partidos, aquele MIA? ou o PC namoroso e exaltou até ao delírio ao mesmo tempo que exaltava o seu fanatismo internacionalismo proletário.

A democracia não existe mas as pessoas têm de ter expressão na sociedade para que vivamos para a qual trabalham e sobretudo pagam. E agora? Qual a resposta se todas as alternativas po-

Crónica
de
fim
de
semana

Entrevista
com a
«Contra
a
Corrente»

Capitalismo
de
Estado
no
Afeganistão



líticas já deram as suas provas e a profunda crise do sistema não consente ambiguidades.

Não será a abstenção formal, nem o jogo das coligações; as pessoas têm de responder aos imperativos do momento. Nos bairros, nas fábricas, nas vilas ou aldeias as pessoas têm de tomar a iniciativa do movimento, da participação nas suas iniciativas criativas, de marcar a distância dos seus próprios problemas dos quadros do poder e seus instrumentos adjuvantes. Levarem para os sindicatos a recusa da sujeição partidária, a união pela liberdade de opinião, pela consciência que estamos no limiar de uma civilização e que a crise do sistema só encontra solução para além dos esquemas políticos e económicos vulgarizados e fora dos blocos totalitários de salvação.

O 1.º de Maio foi a tragédia do desemprego, dos salários de miséria, a revolta dos trabalhadores reprimida pela brutalidade das armas e o enfraquecimento dos militantes.

A sua actualidade e a sua imagem, volvidos quase um século assume a mesma grandeza trágica: o desemprego, as greves e a defesa dos salários ou até mesmo a repressão brutal.

O 1.º de Maio reivindicou as 8 horas de trabalho, para romper a escravidão de um trabalho só de fadiga e fome, para debelar no possível o desemprego.

Hoje, os partidos de verbalismo revolucionário e de cómodo reformismo montam o espectáculo demagógico de um 1.º de Maio feriado, festivo, elcicoir e de pressão política.

O 1.º de Maio tem de retomar o seu verdadeiro significado: a derrogação da jornada de trabalho como redução do desemprego, da escravidão assalariada. É altura de conquistar o extraordinário desenvolvimento tecnológico e reverir-lo a favor dos trabalhadores, da dignificação da vida humana, da qualidade da vida, da transformação da sociedade.

Não são as percentagens eleitorais, as coligações de esquerda, os apelos dos blocos imperialistas, as CEEs ou os Comecons, nem os chefes políticos que poderão mudar o mundo-cho em que se vive.

Retomemos o 1.º de Maio neste grande significado.

- O 1.º de Maio em concreto
- O movimento de protesto nas escolas
- Posição Libertária face ao nuclear
- A mulher nas prisões soviéticas

JORNAL ANARCO-SINDICALISTA



A BATALHA

ANTIGO ÓRGÃO DA CONFEDERAÇÃO GERAL DO TRABALHO

ANO VI — VI SÉRIE — N.º 62 — MENSAL — JUNHO DE 1980 — 10\$00

A "AD" É COMO O TABACO: VICIA

O quotidiano das cidades onde vivemos permanece igual. Mas com aparências distintas: o discurso dominante na opinião geral mudou agora. O Governo AD, as greves de maior duração, a telenovela e o futebol, os delinquentes, o custo de vida, os transportes sempre cheios que nem ovo, o isto-aquilo-qu'endireita ou o Sá-Carneiro-para-a-rua — são estas as dominantes das relações de linguagem falada entre os que são designados por portugueses (só porque habitam dentro das fronteiras do Estado Português).

E apesar destes temas um pouco «diferentes» de conversa, desprovidos quase sempre de uma perspectiva global, interligadora dos assuntos, a realidade é outra: E que no fundo tudo continua na mesma, como há pouco tempo, e cada vez mais com a reprodução dos esquemas dominantes antes da *madrugada libertadora*.

Tal como anteriores governos o fizeram também este toma de assalto os pontos chave das estruturas de poder, com vista à sua hegemonia, mas com uma aparência de modernidade, para CEE ver.

O que é distinto, contudo, é a forma e as reacções da americanamente chamada «opinião pública» de que se reveste esse assalto da AD. Vamos ver:

A DESCARADONA

Quanto à forma verifica-se que a AD é, apesar das «sãs virtudes» da vetusta pudicícia, uma grande descaradona. Enquanto anteriores Governos fa-

ziam igual, bem encostadinhos à legalidade e à sombra do escondido, a AD confiante na maioria par(alamantar que obteve faz às escâncaras todas as vigarices que no Poder são comuns. Vá lá que assim é mais fácil a crítica... (Apesar de ser mais perigoso/difícil combater um «Estado Uno» do que um «Estado partidariamente fracionado»)

Neste intuito visível de querer ficar para sempre no poleiro um dos sectores mais atacados, por ser um dos mais fulcrais no equilíbrio da política, tem sido a comunicação social. Aí vê-se a imposição de chefes e administradores da cor do Governo, o veto — ou censura — de artigos e programas que te-

nham formas e/ou conteúdos de algum modo considerados de esquerda. Paralelamente, fora do sector nacionalizado, portanto, em jornais da «iniciativa privada» relacionados com o actual Governo verificamos um incremento das notícias sensacionalistas, de manipulações e de falsas informações, consonantes com a criação de um clima que não detecte contradições no Poder.

Mas a repressão não atinge só a informação e, em termos colectivos, tem-se feito sentir no Alentejo, em Lisboa e um pouco por todo o lado onde persistem formas de luta que trabalhadores ou moradores (aqui o caso dos despejos) levam a cabo — ora por parte das «forças da autoridade» ora por parte de polícias privadas (em certas empresas). Em termos individuais, pelo lado dos «casos de polícia» têm-se verificado alguns casos de agentes a disparar a matar contra «delinquentes». No ramo do trabalho, normalmente após diversas formas de luta, vários delegados sindicais ou outros trabalhadores activos têm sido despedidos — ou estão em risco disso.

Agravando-se a situação com a inflação e desemprego (*) que aumentam — factores só *minimamente compensados* pelo crescimento das reivindicações dos trabalhadores, através dos sindicatos (e outras vezes dos sindicatos, através dos trabalhadores) — que mostra a distância entre ambos). Para além disto o Governo com as posições tomadas em alinhamento com o «bloco ocidental» (a NATO) coloca Portugal no jogo disputado internacionalmente o qual parece conduzir o Mundo a nova guerra mundial, como seguimento dessa «guerra-fria» que

há vários anos coloca o Mundo periclitante entre a sobrevivência e uma apocalipse sem «purificação final».

Igualmente a AD está a desnacionalizar — ou pretende-o — alguns sectores económicos deste capitalismo à portuguesa. A pergunta que, no entanto, surge neste assunto é feita aos trabalhadores, aqueles que mais não possuem que o «valor do seu trabalho»: *mudou a vossa/nossa situação de explorados depois das nacionalizações?*

Para ser igual ao vivido durante a «maré negra» do fascismo só falta que a PJ e a Brigada Antiterrorista se tornem mais claramente em DGS (ou o SIR passe a funcionar definitivamente) e que o modernismo consumista se torne na austeridade (para os pobres) doentia então dominante — exageradamente falando, claro.

FAMÍLIA, PÁTRIA, COMPETÊNCIA

A população deste País é, como tudo, extraordinariamente variada. Assim de um modo médio podemos dizer que os operários, das cinturas industriais, os assalariados rurais, e uma camada de trabalhadores dos Serviços estão contra a situação política — mas apontando opções por governos «socialistas» ou «comunistas». Por outro lado a burguesia e a classe dos gestores, a «direita» de um modo geral, apóia as medidas, pois vêm assim recuperar/reforçar um Poder perdido/debilitado, com os tempos posteriores à «revolução» dos cravos.

Mas a maioria que a AD obteve apoiou-se certamente num outro grupo social, composto daqueles que já fartos das «alternativas PS/PC não encontraram outra senão aquela que lhe

havia sido ensinada incrustada no espírito pela anterior ditadura. No fundo foi a «colcha» — com muitas possíveis explicações (até psicológicas — pela conservação da sociedade, apoiada numa recusa da transformação revolucionária que possa por em causa a letargia que a Opressão/Exploração imprime a este mundo, pela sua religiosidade. E para se dizer que a AD que vem dos tabus, vicia.

Este grupo muito grande que compõe a «direita» apoiou-se sobretudo na *ideologia de consumo*, nos mitos religiosos da moral e dos «bons costumes», na defesa dos «valores» da Família, da Pátria, e das Competências. Que o mesmo é dizer que se basia em noções de desenvolvimento, em que este é visto como sinónimo de crescimento (quantitativo) e sobretudo apoiase na norma do «salve-se-quem-puder», «sobreviva-quem-sabe», «sempre-foi-assim, sempre-há-de-ser».

UM GRANDE PERIGO: A CONSERVAÇÃO DOS SÉCULOS

EM CONCLUSÃO: A direita é um perigo muito grande mas também é bem visível. Não é pelo menos um inimigo oculto. E talvez por ser tão visível que muitas vezes criticamos a «Esquerda» dando a impressão de estar a safar a direita... Mas ela é um grande perigo, porque defende a conservação, reage à inovação, dos séculos — e dos séculos vem a exploração. A morte.

(*) — Uma forma de desemprego latente são os «contratos a prazo» que deixam se contrair numa situação propensão a insegura.

Afinal somos todos irmãos

Todos os dias o nosso quotidiano pára às oito e meia da noite. Tudo fica para trás, os problemas, as conversas, o trabalho, o amor, ficam lá fora. É a hora de nos unirmos uns aos outros, de comungarmos fraternalmente das mesmas sensações, das mesmas certezas, das mesmas coisas. Novos e velhos, homens e mulheres, damos as mãos no ritual do «Dancing Days», como já havíamos feito com o «Astro», com o «Casarão», etc. Neste Portugal ocidental e técnico ainda resta um pouco de misticismo, de ritual, de abandono espiritual. Somos todos denses, pequenos denses com poder sobre vidas, sobre famílias inteiras. Não é só o poder de desligar a televisão e «matar» os personagens, mas também o poder de conhecer as «vidas» daquelas imagens, de saber o passado e o futuro de todos eles, pois além da televisão temos os jornais e as revistas com resumos, comentários, pormenores.

Nestas cidades onde não nos conhecemos, onde os vizinhos são conhecidos apenas no seu papel de vizinhos, onde os colegas de trabalho nos mostram apenas essa sua função, onde apenas sabemos dos papéis dos outros, como poderíamos falar da nossa vida diária, do nosso íntimo familiar, se não tivéssemos uma família artificial que fosse comum a todos nós, que nos aproximasse uns dos outros, que nos quebrasse a solidão? O Dancing Days é a nossa família, o nosso elo de ligação com os outros. Afinal somos todos irmãos; todos somos filhos da mesma alienação.

Na miséria do quotidiano, A BATALHA um jornal que não pensa por ti!



A BATALHA

ANTIGO ÓRGÃO DA CONFEDERAÇÃO GERAL DO TRABALHO

ANO VI - VI SÉRIE - N.º 63 - MENSAL - JULHO DE 1980 - 10\$00



**NÃO PERCAMOS
A VIDA A TRABALHAR
REDUÇÃO DO TEMPO
DE TRABALHO!
— SEM REDUÇÃO DE SALÁRIO**

Os apanhados...

ENQUANTO as pessoas no confronto da sua vida quotidiana se lamentam, abdicam, descreem ou aceitam com simplicidade a democracia que se supõe consagrada com a Constituição, que nada garante afinal, mostra as suas debilidades.

O fascismo demitido há seis anos regressa com nova indumentária e fraseologia e irrompe pelas próprias vias do constitucionalismo democrático até com as mesmas personagens. Aparentemente menos truculento também usa a censura, a demissão de quem recalcitra, até mesmo a força a coberto com uma política astuta de promessas.

OS PAGADORES DE PROMESSAS

FALANDO para um povo atormentado pela subida dos preços, a desvalorização dos salários, o vulto pesado dos impostos e dos serviços ou a precariedade do emprego, a crise em toda a sua nudez, um ministro Cavaço quer convencer-nos por uma simples operação aritmética de mais e menos que o nível de vida melhorou. Um Abecassis que se considera um «leito do Povo» promete resolver todos os complexos problemas da cidade com um contrato com a Mitterrand como uma reencarnação da Rainha D. Leonor. Com manobras e tentativas legislativas diversas para consolidar um poder à Salazar o governo ensaia promessas com vistas eleitorais e faz da miséria dum subsídio para os leites dos miúdos e uns toques para os reformados uma «obra governativa».

Onde está afinal a democracia? A que os partidos constituiram para si está à vista e à prova depois de terem manipulado e engazupado as autênticas iniciativas populares de autogestão local e as movimentações de moradores e trabalhadores.

FALA SÓ QUEM PODE

ESTÁ acessa a luta à volta da comunicação social neutra volta da ocupação de jornais, da rádio e da televisão estatizados pelo domínio dos partidos, com

esta ou aquela censura. Mas a comunicação social como meio de intercomunicação dos acontecimentos e das ideias limita-se ao uso e desfrute das empresas jornalísticas na posse do Estado como privilégio do governo ou dos aparelhos partidários na área do Poder e que se inculcam com expressão do «país real»?

Não se fala afinal da comunicação social como forma de expressão não oficial, das correntes de opinião não participantes do monopólio do Poder consignado na Constituição, que recusam o modelo partidário, que embora minoritárias têm autênticas raízes democráticas mas que não têm nenhuma garantia de expressão.

Sem menosprezar a classe dos jornalistas que não devem ser escribes ao serviço do governo e devam significar a sua função, todavia não poderão ter o exclusivo da comunicação social.

DIREITA VOLVER...

A imagem poética dos cravos no cano das espingardas não chegava para construir uma democracia sem que se removeassem as montanhas de dogmas políticos e de interesses privados das classes dominantes. Agora, sem flores, as espingardas voltam a proteger esses poderes, e os partidos, como as religiões, conformam o povo à fatalidade da sua sujeição.

Proclamada em teoria a supremacia do poder civil esta democracia tremelando entre um ensaio de choneiros que imitam em falso uma «revolução de Outubro» e a oportunidade de recuperação conservadora, teve de vestir a farda no Presidente da República. De novo, sem perfil ou figura civil, os concorrentes apresentam-se fardados.

NATURALMENTE QUE...

...O movimento sindical deveria constituir uma alternativa revolucionária como interessado na socialização dos meios de produção e do fim da exploração do salariado, mais enfiado aos partidos políticos supondo-os mais hábeis e capacitados, afinal, nos momentos críticos, como os actuais, aca-

ba por desempenhar o que as estruturas partidárias não são capazes: a acção revolucionária.

O clima de greves periódicas e a prazo, sem decisão de luta, controláveis pela burocracia sindical e no restrito alcance de aumentos salariais ou de simples articulados contratuais, está esgotando as capacidades de resposta ao Poder e deixa no esquecimento problemas de outra gravidade.

Embora a Inter e a UGT exibam os seus cadernos reivindicativos a verdade é que os contratos a prazo, tornando-se hoje normais, relegaram os trabalhadores para o triste estatuto de «mulher a dias»; a requisição civil, já utilizada várias vezes contra grevistas castigando-os ou demitindo-os, tem ficado sem resposta e nem sequer a Intersindical esboçou uma tentativa de solidariedade; as classes artesanais ou afectadas por maiores percentagens de desemprego, sem capacidade reivindicativa, sem esperança de solidariedade, não obtêm melhorias salariais; a ocupação de reservas com os frutos, as alfaias, os gados e o trabalho dos camponeses vai-se consumando.

A Intersindical conservando a estreiteza corporativa dos sindicatos nacionais, porque assim lhe tornou fácil o seu domínio do movimento sindical, tem diante de si o corpo inerte de sindicatos sem capacidade revolucionária, sem espírito de solidariedade entre si e por isso sabe e oculta a sua impotência para impedir as sanções já aplicadas provenientes da requisição civil ou para defender as conquistas colectivistas no Alentejo.

NACIONALIZAR PARA QUEM?

QUISERAM consagrar como o uma conquista revolucionária (?) as nacionalizações.

Mudaram os administradores e os trabalhadores nem sequer tiveram qualquer poder de decisão. Hoje, como nas empresas privadas, os trabalhadores das empresas nacionalizadas recorrem à greve e encontram a oposição dos novos gestores.

A quem interessou as nacionalizações, fundamentalmente? É evidente que interessou sobremaneira às novas classes tecnoburocráticas, à nova classe política que entameia os partidos e estes, para se afixarem no domínio do aparelho do Estado, procuram carinhosamente colocar os «seus filhos predilectos».

Os sindicatos profundamente burocratizados e dominados pelos novos funcionários têm de sofrer uma profunda remodelação. Não será certamente com eleições e listas de oposição porque o aparelho está protegido, mas terá de ser por uma movimentação de fora para dentro forçando-os à reestruturação que foi recusada.

Neste número:

**COMO
DECLARAR-SE
OBJECTOR
DE CONSCIÊNCIA**

(no suplemento)

BRASIL:

**DITADURA
E ENERGIA**

(última página)

PORTUGAL É UM PAÍS CHEIO DE SOL...

QUANDO NÃO HÁ CHUVA!

(página 4)



— AS FÉRIAS CHAMAM-NOS:

APROVEITEMO-LAS



A BATALHA

ANTIGO ÓRGÃO DA CONFEDERAÇÃO GERAL DO TRABALHO

ANO VI - VI SÉRIE - N.º 64 - MENSAL - AGOSTO DE 1980 - 105

DESPORTO



Nem vitória do boicote desejado por Carter, nem sucesso retumbante do «socialismo clientelista» feitos atléticos, nem esvaziamento total da hipocrisia do olimpismo moderno. Num tom cinzento que serve moderadamente a todos para salvar a face, cumpriram-se apesar de tudo os Jogos de Moscovo. O paralelo com os de 1936, é porém perturbante, sob vários pontos de vista.

A oposição das finalidades proclamadas de um e outro regime é mais aparente que real. Não saltarão mais à vista a maneira semelhante como um e outro procuraram justificar a grandeza do seu sistema através de uma organização gigante e automática dos Jogos? E também pelo empenhamento dos resultados obidos dos seus atletas?

É certo que todos os países e regimes têm procurado o mesmo efeito de prestígio. Em 1968 o governo mexicano não hesitou em ordenar a provocação-matança da Praça das 3 Culturas para que os Jogos se desenrolassem ao abrigo da contestação estudantil, que se embalsamava erguendo-se na olimpíada seguinte, o «massacre de Munique» ficou como um símbolo de como as democracias deixaram de ter quaisquer escrúpulos quanto aos meios a empregar para fazer face à luta armada guerrilheira. Contudo, o que mais chocará no caso da Alemanha que as existentes jornadas desportivas tomam em relação ao quotidiano. Assim, enquanto que no ocidente faz já parte do nosso quotidiano o fenómeno do espectáculo desportivo de massas, com todas as suas contradições, naqueles países e regimes tudo isso toma o carácter de uma enorme excepção, para estrangeiro ver: jornalistas, turismo, grandes massas de espectadores, possibilidade de desacordo, disputa ou conflito ou mesmo de interrupção do imprevisível — eis o que é antisse do quotidiano do tais regimes.

MASSAS

Mas atenemos um pouco mais nas contradições inerentes ao espectáculo desportivo.

E um lugar comum dizer-se que as sociedades urbanas-industriais modernas precisam de canalizar através do espectáculo-massa toda a carga de frustrações que o seu quotidiano (de trabalho e de lazer) constantemente reproduz. E também já cansativa a acusação

feita aos regimes ditatoriais (por exemplo ao salazarismo) de derivarem as atenções populares para as pugnas desportivas não lhes dando oportunidade de investirem o terreno social e político.

Se tudo isto é basicamente certo, cremos porém que as alternativas de ordinário são apontadas a este estado de coisas são no mínimo, inconsequentes.

Em primeiro lugar, opõe-se com frequência o desporto-espectáculo ao desporto-de-massas. É um dos argumentos preferidos da educação física. Ora, pelos exemplos que nos são apontados do tal desporto-de-massas (nos países socialistas, na Alemanha, França, etc), vê-se sem grande dificuldade que tal consiste unicamente em multiplicar o número de praticantes das modalidades desportivas quer pelo aumento do número de pessoas, quer por uma antecipação da idade da iniciação desportiva. Que quer isto dizer? Muito simplesmente que se tem em vista alargar a base de recrutamento para favorecer o aparecimento de novas super-veladas, o que significará por um lado continuar a alimentar o desporto-espectáculo-de-alta-competição e por outro lado dotar-se de trunfos ganstidos na corrida ao prestígio (cubístico, nacional etc).

O tal desporto de massas não é, isso algo que se opõe ao desporto-espectáculo-de-alta-competição, mas antes a condição da sua própria manutenção. Exemplo claro disto é de resto a atitude dos países socialistas onde um Borzov ou um Alexiev enquanto campeões desportivos, terão direito ao maior reconhecimento do Estado e do Partido. Em Portugal, a outra coisa não aspiram os Carlos Lopes e aqueles que dizem que os seus exemplos «incitarão a juventude à prática desportiva».

Mas é preciso ainda não esquecer um outro papel fundamental da «massificação desportiva»: dito desta maneira, estamos já a levantar o véu que neutraliza o fenómeno, isto é: o alargamento do número de praticantes insere-se também claramente naquele movimento mais geral que consiste em estender o mais possível — na sociedade

de — as práticas, as atitudes, os valores dominantes. As regras do basquetebol, do judo ou do atletismo são iguais em toda a parte. A rádio e a televisão põem a vibrar simultaneamente milhões de pessoas, pela apreensão imediata dessas regras, pela assunção colectiva de uns mesmos objectivos.

Chegados a este ponto é lógico perguntar que lugar queda para as individualidades, os particularismos pessoais, locais? Um dos poucos programas interessantes da RTP mostrou-nos há tempos os jogos tradicionais das Terras Frias, das Beiras. Quanto tempo lhes restará de vida, perante a investida avassaladora do «progresso», de que o desporto-de-massas será uma das componentes?

CRÍTICAS RADICAIS

Vejamos porém uma segunda face da contradição.

As críticas mais radicais do fenómeno desportivo moderno tendem a acentuar o carácter passivo do espectador, por definição em muito maior número que os actores — futebolistas ou nadadores — que se defrontam nos estádios.

É certo que, enquanto actividade, certamente será do valorizar aquele que *pratica* perante o que apenas *vê praticar*. No entanto, não será seguir um caminho cheio de embustes esse da crítica radical do espectáculo? Não estaremos ao fazê-lo, a seguir ajustadamente o *faber*, matriz da nossa sociedade produtivista, onde tem valor o que faz, o que realiza? Que disbo, não terá sido propriamente por alienação que os poderosos da terra sem-

pre se presentearam com os mais insuportáveis espectáculos? E depois, não podemos esquecer que o espectáculo desportivo encerra sempre uma *dimensão estética*, plástica, que pode muito bem ser deliciosa de contemplar. Se juntarmos a esta característica aquela outra que — diferentemente agora da música ou da dança — *intermite ao longo do tempo*, o aleatório e a incerteza, teremos talvez reunido a síntese dos elementos que estão na base do fascínio exercido pelo espectáculo desportivo. Tais razões moderarão sensivelmente o aspecto alienante que lhe descobrimos, e sobretudo à pretensão de o atribuir ao «miquilismo» dos poderes políticos.

ALTERNATIVAS

Como então resolver positivamente tais contradições? Actividade física e desportiva, sem campeonos nem desporto-massa; espectáculo, sem «show-business» nem alienação nem aproveitamentos políticos?

A resposta remete parcialmente para o problema político e social mais geral: isto é só numa sociedade onde não haja governos à compita e a terem necessidade de «inserir as massas», onde não ha-

O número fiscal ou a loucura?

Jorge Domingos, nosso companheiro e docente da Escola secundária de Paredes, recusou, de pleno direito, em aceitar o número fiscal, coíra do cidadão «democrático», e, não lhe pagaram o seu ordenado. Num gesto raro mas significativo, como protesto, Jorge Domingos pôs-se no átrio da Escola em greve da fome e permanentemente, de noite e dia.

Estado público. Um cidadão afronta publicamente o despotismo do Estado e exige o pagamento do seu trabalho já produzido, que lhe é devido acima de todas as leis, contestando que o Estado, seu patrão e seu sagador, lho recuse porque não se catalogou nas Finanças.

As autoridades classificaram-no de «louco»; talvez com o aplauso de muitos cidadãos, mas Jorge Domingos lançou a este povo o repto eloquente do protesto e da recusa de qualquer grilheta que o amarre ao epíteto burocrático e totalitário do Estado, mesmo com a etiqueta de democrático.

O Ministério da «Educação» ordenou que o retirassem do local por «perturbar a vida do estabelecimento» e ensaiando o processo psiquiátrico soviético levaram-no para o manicomio do Porto. Como o sistema ainda não está instituído, os médicos reconheceram-no em estado de sanidade mental.

Perguntamos agora: O Estado move-lhe o processo disciplinar, o mesmo que lhe recusou pagar o seu legítimo ordenado. O dever pode julgar a vítima ainda que vista a toga das finanças? É a falta de respeito à lei dirão de igual modo fascistas, democráticos, comunistas, etc.

É a própria lei uma arbitrariedade contra os fundamentais direitos do cidadão quando pela força chega a coartar os próprios meios de subsistência das pessoas.

A «loucura» de Jorge Domingos é um significativo protesto contra o Estado totalitário mesmo nas suas aparências democráticas.

Este caso transpareceu ligeiramente na imprensa. Registamos especialmente «O Jornal» com o seu comentário.

«Nesta nave de loucos em que vamos todos, uns vão tranquilos, outros não. E o que é a invocada loucura? Talvez a diferença, em muitos casos. Não abolvamos já, nem condenemos já Jorge Domingos. Tentemos compreendê-lo.»

No mesmo jornal, e na secção «Escreva connosco», Miguel Lemos, de Coimbra, assume a corajosa defesa de Jorge Domingos e comenta: «E esta sociedade burocrático-policial para que marchamos; nela não seremos mais do que um conjunto de algarismos, uma peça mesquinha dentro duma engrenagem a que não poderemos fugir; os computadores observar-nos-ão, perseguir-nos-ão, farão de nós escravos de uma tirania que poderá impor-nos sem dificuldade de maior a sua lei.» E termina assim: «E agora que o sistema funciona mal nos sentimos oprimidos, o que acontecerá quando ele se tornar eficiente? O Jorge Domingos não é louco, não; nós é que não somos suficientemente lúcidos para vermos que, cada vez mais, o abismo se abre debaixo dos nossos pés.»

(Continua na página 3)

já interesses financeiros a promover publicitariamente, é que estas antinomias poderão ser de facto ultrapassadas. Mas, entretanto, a grande polémica no dia-a-dia é, em uma visão relativamente clara das contradições que o fenómeno encerra, atirar-nos-emos a esgrimir contra o espectáculo desportivo, ou pior, a cair no bote astuto do adversário.

Parce pois importante ser capaz de distinguir entre: primeiramente aquilo que é exercício físico, actividade salutar de autocontrolo e de desenvolvimento harmonioso psico-físico, daquilo que é mero esforço competitivo, vontade de emulação, apeito de vitória; as perseguições de objectivos abstractos (tomados obsessão em seguida, se do desporto tememos sobretudo os seus aspectos recreativos e formativos, cai pela base a ideia da «massificação desportiva» e surge mais clara a importância dos factores relacionais, do associativismo, voluntariado e benevolato. Aqui, a grande distinção a operar será entre o prazer da actividade de base

e as exigências das grandes aparelhos. Concretizando: dizer não! ao desporto-de-massas à maneira socialista, dizendo sim! aos clubes, associações e iniciativas de base postas à disposição da população; dizer não! à plutocracia clubista, aos Benficas, Sportings, Fortes, para dizer sim! aos pequenos clubes de bairro.

Finalmente, fica de pé a questão espectáculo: se neste é evidentemente de combater o móbil económico, não nos repugna admitir o verdadeiro profissionalismo, face ao falso idealismo imperante, de que os Jogos Olímpicos são o melhor exemplo. Tal como o artista, o músico ou o escritor, porque não há-de o praticante extinto poder dedicar-se inteiramente a essa paixão e, portanto, dela viver? A qualidade do seu trabalho indicará se se trata de um verdadeiro profissional ou de um embusteiro. E se um tenista, como um ginasta ou um bailarino, tiverem prazer no seu exercício e oferecerem prazer a

(Continua na página 2)

ESPECTÁCULO



ANTIGO ÓRGÃO DA CONFEDERAÇÃO GERAL DO TRABALHO

ANO VII—VI SÉRIE—N.º 65 — MENSAL—SETEMBRO DE 1890—10500

PROJECTO para uma NOVA PRÁTICA ANARQUISTA

1. PORTUGAL

Este país tem uma realidade própria que não se contorce em nenhuma outra. Reconhecido é já um passo metódico para evitar equívocos desastrosos. Assim os situados na periferia de um sistema capitalista e estatal que, repousando sobre a desigualdade, a concorrência e a dominação, concede apesar de tudo um certo espaço as manifestações de autonomia popular e individual que historicamente puderam ser conquistadas.

Temos uma experiência de um período revolucionário recente, que nos permite medir o que nos separa de sociedade como as terceiro-mundistas, e ao mesmo tempo arriscamos-nos a «namorar» eternamente um modelo capitalista liberal já impossível.

2. CONTRADIÇÕES

A nível internacional, o que é marcante é o interesse rebarbante despertado de há uma dezena de anos a esta parte e, simultaneamente, o desajustamento verificado entre esse facto e as capacidades actuais dos movimentos anarquistas.

É certamente cada vez maior o número daqueles que se inspiram nos teóricos anarquistas e criam novas conceptualizações a partir dos princípios libertários. No entanto, na prática social, o peso dos anarquistas é negligenciável ao contrário do que aconteceu no passado.

O que se constata é pois um esmagador peso, entre os anarquistas, dos preconceitos, dos equívocos e falta de consenso quanto aos objectivos da acção, aos modos de intervenção e aos princípios organizativos.

3. DEBATER O ANARQUISMO

Propomos confrontar os princípios ideológicos e as táticas tradicionais do anarquismo com a realidade de hoje, com o tipo de sociedade em que nos situamos. Afastemo-nos talvez durante demasiado tempo da «prova do fogo» do quotidiano, porventura para evitar belíssimas certezas, mas pensamos profundamente que é essa atitude a primeira a dever ser ultrapassada.

Propomos assim e nomeadamente criticar sem preconceitos:

— a concepção da revolução

como insurreição armada e as práticas violentistas de acção, na medida em que ambas partem de uma insuficiente análise e aproveitamento do conceito de poder;

— a visão simplista da economia como um sistema onde «uns poucos privilegiados» exploram a grande maioria do povo espoliado;

— a ideia de que a esterilidade jurídica e intelectual nega a capacidade de rejeitar, pois esse preconceito não permite distinguir entre a imposição do poder político, por um lado, e o seu contrário estabelecido entre entidades, por outro.

4. OPÇÕES

Esta plataforma de debate não interessará certamente a todos os que — com razão ou sem ela — se reclamam hoje do anarquismo. Não recusamos a ninguém esse direito, ao mesmo tempo que também reivindicamos para nós próprios.

Assim este projecto será estranho:

— aqueles que tiveram uma posição antiorganizativa, de princípio ou de prática;

— aqueles que porventura pensarem o evolucionismo e o alegalismo como legítimo e adequados à sociedade portuguesa de hoje;

— aqueles que tenham uma mera atitude expectante, por «filosofia de vida» ou «pessimismo visceral».

5. NOVAS PRÁTICAS

I. a) Propomos a noção de AUTOGESTÃO como questão central a debater, a experimentar, a impulsionar, desde o quotidiano de hoje até ao futuro desconhecido de uma sociedade mais livre e justa no amanhã.

b) Propomos o conceito de FÉDERALISMO como modelo organizativo experimental a ser, do mesmo modo, divulgado e ensaiado em todas as articulações da prática social. A sua presença na cena pública poderia vir a configurar mais tarde os contornos de um SOCIALISMO LIBERTÁRIO com credibilidade suficiente para se confrontar, tanto com a realidade capitalista de hoje, como com os restantes modelos socialistas existentes.

II. a) A tradição anarco-sindicalista perdeu-se. Mas se os sin-

dicalatos são hoje inoperantes como meio de consciencialização emancipatória, não o devem abandonar o meio trabalhador, as fábricas, dos campos, dos serviços e laboratórios. A empresa ou social trabalho continua a ser um campo importante onde devemos por a «cabeça» das nossas ideias.

b) Outros campos surgiram, no entanto, nas últimas décadas: — a defesa dos interesses sociais, no bairro, cidade, conjunto de inquilinos e consumidores, etc.; — o sistema escolar, veladora fábrica social de futuros trabalhadores... ou marginais;

— a defesa do meio ambiente ou acção ecológica, cada vez mais importante; — a luta pela consciência das mulheres, da sua situação de dependência e as suas lutas;

— o direito à cultura e à expressão das minorias silenciadas pelo peso das tradições e do social; — o direito à saúde e a consciência do papel dos negociantes da mesma, sejam eles uma classe médica conservadora ou uns industriais farmacêuticos ultrapoderados; — e outros ainda. Também aqui o pensamento libertário deve ser capaz de estar presente com propostas de carácter prático imediato e projectos futuros.

6. DIÁLOGO E COOPERAÇÃO

Este projecto tem em vista interessar uma boa parte daqueles indivíduos que se reconhecem, genericamente, no ideário libertário e lamentam a fraqueza actual do movimento na sociedade portuguesa.

Ele é uma aposta no diálogo permanente e na cooperação de perspectivas e práticas que realcem a pluralidade das diferenças e das afinidades das pessoas, numa convergência que torne possível uma intervenção libertária consequente.

Maio 1980

Assinam este manifesto:

Unidito Sarmento — Moleiro S. Ramos — João Freire — Carlos Abreu — José Lobo — Reis Sequeira — Lígia Oliveira — Maria Oliveira — João Oliveira — Conceição Garcia — Pedro Figueiredo — José M. Gomes — M. Alexandre Louzada — Rogério Sousa — Cândido Costa — Sebastião Almeida — Francisco Quintal — Teresa Silva — Acácio T. Aquino — José Francisco — Artur Modesto.

Neste número:

Cadeias:

«Matamos as horas sonhando com vingança»

0 Estuário do Tejo em boas mãos

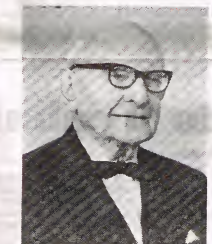
A história do movimento anarquista na Coreia

GORLEBEN:

O Estado sepulta aldeia anti-atômica

ALEXANDRE VIEIRA

CENTENÁRIO



1880-1980

A 11 de Setembro completase o centenário do notável militante sindicalista, Alexandre Vieira, que identificou uma época plena de acontecimentos e uma fase de rica experiência do movimento sindicalista.

Alexandre Vieira foi o primeiro director de «A Batalha» como jornal diário, órgão da CGT e portavoz de toda a organização operária. Foi também um dos que se abalancaram a fundar este jornal operário ainda hoje não ultrapassado pela missão que desempenhou, pelo relevo que teve e como demonstração da capacidade criadora dos trabalhadores quando sabem criar a sua autonomia e a sua força revolucionária.

Antes, Alexandre Vieira, operário tipógrafo, fundara e dirigira o jornal diário «A Greve», em 1908 em 1910 dirigira o semanário «O Sindicalista», que teve relevante influência na evolução sindicalista do movimento operário nos derradeiros anos da monarquia e possa vir a assumir posição dominante na República.

Alexandre Vieira integrou-se, muito novo, na corrente sindicalista-revolucionária que surgiu em França, principalmente, como uma reacção salutar do movimento operário contra a experiência reformista da social-democracia e por inspiração anarquista. Embora Vieira nunca se afirmasse anarquista a sua formação libertária estava patente no seu pensamento e na sua acção. Fiel ao sindicalismo da carta de Amiens ele colaborou com os mais destacados militantes anarquistas.

Se os militantes da sua época foram impressionados pela revolu-

ção russa como Alexandre Vieira que o manifesto, todavia nunca alterou a sua posição de sindicalista, nem sequer tendo seguido o maximalismo, corrente de inspiração soviética donde derivou depois o Partido Comunista.

Foi à Rússia, e no seu livro «Delegacia a um congresso sindical» se expressa certo optimismo, nem por isso se afasta da sua fidelidade a um sindicalismo autónomo.

Vieira era uma pessoa que irradiava simpatia e cultivava amizades, que sempre manteve, mesmo com os que tomaram outras posições e quando o movimento confederal assumiu uma clara posição anarco-sindicalista e por consequência definitiva a sua posição internacional recusando a adesão à ISV, e aderindo à AIT, Vieira, paternal e fiel à sua original linha de pensamento advogou a recusa de adesão a qualquer das Internacionais.

Além do militante operário que atravessava a época tumultuosa da criação da UON, da Primeira Guerra Mundial e do adormecimento até à CGT, ele foi ainda, como um autodidacta, um jornalista que abarcou a análise de muitos outros problemas, como a educação e a arte, dedicando as suas apólicas a Universidade Popular e Associações dos Inquilinos.

Privou com as grandes figuras intelectuais da «Esra Nova», acompanhando-os, como chefe da tipografia da Biblioteca Nacional, na obra da sua reforma.

«A Batalha», evoca com Alexandre Vieira, a grande e inultrapassável experiência que foi a CGT, jornal e movimento inteiramente da iniciativa dos trabalhadores e força da sua autonomia.

TEMOS DE RESPONDER

Sobre a inflação, o desemprego e os preços, há poucas e não há peixe, e o país defronta-se com sérios problemas, e, desvalorado, espera do Fôde a solução das medidas, e tudo espera que as eleições deem novos rumos, que resolvam os problemas em suspenso.

Dominando as questões fundamentais e as eleições, os escândalos políticos são postos em primeiro lugar, e tudo parece que o indesejado calote de Sá Carneiro à banca depende do prebiscito eleitoral. Se ganhar não deve, se perder deve e não pagará.

Todas as críticas e projectos populares, promissores esteses duma verdadeira democracia directa, cedem o lugar ao parlamentarismo, à ilusão parlamentar onde também nele se tem incrustado

todas as ameaças do centralismo e novas técnicas fascistas. As iniciativas autogestionárias, que nasceram espontâneas, e deram uma imagem nova à vida local e dos bairros, foram amordaçadas pelos partidos que as quis como agências de voto.

De novo a chamada autonomia municipal é nova forma da protecção do poder central que privilegia as doações ao jello das influências e estratégias políticas.

Para o vazio político criado pela feroz luta pelo poder, em que as esquerdas se pulverizam com os seus projectos ingénuos e adubados de terreno das forças conservadoras e reaccionárias não se apresenta uma alternativa. A resposta concreta, a nível social e político, seria desempenhada pelo movimento

sindical se ele fosse autónomo, se não estivesse condicionado ao fogo político, se não contemporizasse no espaço das efémeras leis sociais ou de pactos a harmonizar os interesses operários e patronais sob a égide do Estado.

A alienação sindical vai agora mais longe: Alguns dos seus echeques vão ascender, cumulativamente, como deputados ao aparelho político do Estado, exactamente pelas coações políticas, com os seus compromissos e disciplinas de voto.

O dogma unitário sustenta o ludíbrio. As eleições, não oferecem dúvidas, serão o malogro de vãs esperanças. É preciso recuperar as iniciativas autogestionárias sobre os inaptos aparelhos sindicais.

SEMANA DE PRESENÇA LIBERTÁRIA

ANTI-MILITARISMO

ECOLOGIA

O ANARQUISMO HOJE

FESTIVAL

TEATRO

PRISÕES

BANCAS

VER PÁGINAS 7 E 8

27 OUTUBRO

2 NOVEMBRO

1980

JORNAL ANARCO-SINDICALISTA



A BATALHA

ANTIGO ÓRGÃO DA CONFEDERAÇÃO GERAL DO TRABALHO

ANO VII — VI SÉRIE — N.º 66 — MENSAL — OUTUBRO DE 1980 — 10\$00

POLÓNIA:

O RIO FIEL
VENTOS DE LESTE
A GREVE DE URSUS

O ESTADO OU A SAÚDE
A ESCOLHA É SUA!

O MILAGRE

ELEIÇÕES: TUDO MUDA PARA QUE TUDO FIQUE NA MESMA

Aumenta cada vez mais a instabilidade social num clima de agressividade, aquecido pela extrema rivalidade partidária e em que as pessoas, mais ou menos, se deixam encadear supondo que assim vão participar na resolução dos problemas.

A grande estatização da economia que se acelerou com os projectos políticos pretensamente revolucionários de Abril deu aos governos afinal, qualquer que seja a sua cor, uma grande capacidade de manobra e de domínio. É o Estado que arbitra os problemas laborais, que favorece ou complica a solução de problemas pendentes, que controla a comunicação social pondo-a inteiramente ao seu serviço ou das camarilhas que protegem, que aproveita as ambiguidades e alças da reforma agrária para criar uma clientela política, uma sub-classe de precatários proprietários, que joga com uma política de preços e de impostos que indubriam mas nada resolve. E o nível de vida torna-se cada vez mais baixo, jogando-se sempre com a inflação a tantos por cento obtidos no jogo de números que se escolhem ao sabor.

A luta que as eleições empolou em termos de rivalidade de coligações políticas trava-se pelo predomínio do aparelho económico e político, ou, mais significativamente, na recuperação da estrutura e privilégios da classe possidente e monopolista que Salazar conservou e defendeu até ao seu natural esgotamento, ou numa nova classe, burguesa ou mista, tecnocrata que quer dominar o aparelho do Estado, e por consequência da economia rotulando-se de democrata ou de comunista.

As coligações políticas em luta situam-se numa das opções e no seu confronto a propaganda eleitoral resume-se no pregão aluci-

nante do governo mau ou do governo bom, do governo que tem isto ou aquilo e das siglas que mantem.

INVENTÁRIO DA NOSSA ESCRAVIDÃO

Não se descortina mal ou bem, claro ou sofisticado, um debate dos grandes problemas. São promessas, chibrita e corrupção.

No fundo ninguém acredita que as eleições deem solução aos problemas, que este ou aquele governo transforme o inferno da vida quotidiana, mas é exactamente essa possibilidade de auto-ludíbrio que

allena as pessoas à falsidade do sistema que é necessário criticar e aprofundar.

Para isso a imprensa, a rádio e a televisão são extraordinários meios de envenenamento público que os governos dispõem à vontade com a sua estatização. Para que funcione em pleno eliminam-se jornalistas independentes e ascendem às posições-chaves todos os aventureiros disponíveis e seleccionados pelos aparelhos políticos.

Diariamente se fala em novas facilidades para a aquisição da casa própria, a grande mentira que manietta o indivíduo ao aparelho do crédito, à casa onde terá sempre de viver e conservar aos encargos sem fim a pagar durante largos anos e aos impostos que lhe recaem na qualidade de proprietário, se fala numa Previdência arqui-ludada, que mal funciona, que assiste ao doente meses depois, que dá esmolas de miséria, que deturpa a realidade dos grandes problemas da vida local, urbanos, ecológicos, das manobras da finança desmistificando-as, se louvam as industrializações improvisadas, se dissimulam as alienações do património público, como agora a farsa da distribuição das terras a título prometido para depois, por debilidade económica da

exploração, as terem de ceder aos novos latifundiários.

E será essa imprensa comandada que disfarçará ou justificará os escândalos dos empréstimos que cobriram desastres de especulação de bolsa, pelo menos não esclarecidos.

E DEPOIS?

Terminada a farsa eleitoral, arrumados os deputados em S. Bento para as suas diuturnas brigas oratórias, formado o outro governo, reparado o lapso técnico do sistema, o programa vai continuar...

Outra briga se seguirá: escalar o oficial de dia à Presidência da República. E reste caso ainda a opção circunscrever-se nos quadros da tropa omitindo-se a sua folha de serviços.

Qual a resposta? Qual a defesa dos direitos das pessoas diluídas por um número de contribuinte no infinito dos computadores estatais, sim, porque tiraram-nos a efémera esperança de cidadania, para nos tornarmos especificamente ro contribuinte. E há, na verdade, diferença qualitativa entre o cidadão que figura ser pessoa e o contribuinte que é o simples súbdito ou vassallo.

Ementa da miséria

A percentagem de subsídios, pensões, reformas, salários (minímos), junta-se mal calmamente os apelos aos sacros sacrifícios. Apurando ao lado a consciência patriótica, devidamente fermentada, deverá manter-se bem levedada.

Entretanto, corte a política em partidos e deixe-os derreter em caldo democrático. Bem arrefecido, a este caldo deverá juntar-se as primeiras percentagens, obtendo-se, assim, a atitude política.

Com esta juntamos, pouco a pouco, a consciência patriótica a fim de obtermos uma pasta consistente — o quotidiano.

Para melhor condimentarmos esta pasta devemos preparar o seguinte molho: misture a televisão com algumas ondas de rádio, algumas folhinhas de jornal partidas aos bocados, corte a religião às rodela, algumas pitadas de moral, misture com um litro de entrega total, obtendo assim a alienação, que como se vê, poderá variar ao seu gosto.

Depois de bem condimentado o quotidiano, deve deixá-lo arrefecer e servir numa forma de risos, ornamentada com pedaços de recordações de família.

Conselho: Como talvez seja uma refeição um pouco pesada meta-se a descobrir novos horizontes: por terra por mar, p'lo ar!!!

Arrote bastante! Cogue-se melhor

E se sentir mal disposto.....

VOMITE!!!

VOMITE!!!

Manuel Latino

REFLEXÃO NECESSÁRIA

O movimento sindical se conservasse a sua essência e autonomia poderia, em conjunto com outras movimentações autónomas, juntar a luta nas fábricas à luta dos bairros, dos campos e das escolas, constituíram a resposta concreta.

Por isso mesmo os partidos marxistas, sem viabilidades próprias, procuram alienar esses movimentos para colher benefícios.

A grande lição não demora. Depois das eleições, licenciados os eleitores, a ofensiva do Estado na reconstrução dos privilégios duma classe que só sabe viver guardada pelas forças armadas.



JORNAL ANARCO-SINDICALISTA



A BATALHA

ANTIGO ÓRGÃO DA CONFEDERAÇÃO GERAL DO TRABALHO

ANO VII — VI SÉRIE — N.º 67 — MENSAL — NOVEMBRO DE 1980 — 10\$00

No rescaldo das eleições:

NÓS ESTAREMOS AÍ!

«O que indicam os resultados eleitorais? Esta é a pergunta mil vezes repetida neste País.

Cada um faz a sua interpretação — nós fazemos a nossa. A pergunta não é realmente de somenos importância.

Em primeiro lugar o facto de tão grande votação indica-nos que existe um substancial número de indivíduos engrenados nas malhas do Sistema, enleados na máquina que é o jogo eleitoral. A ausência de abstencionismo pronunciado que é senão o sintoma do confiar a outros a própria vida, legitimando o Poder, de parte da maioria da população?

Por outro lado, o resultado mostra-nos as tendências dos que votaram, que foram às urnas, as suas ideias, as «fezadas» sobre os melhores governantes possíveis; num País impossível: as eleições são assim, para nós, momentos privilegiados para analisarmos as imagens, os projectos de Poder que estão em jogo; a influência que detém; como se distribuem neste País...

ORA os resultados eleitorais, vistos nesta perspectiva, vêm reforçar aquilo que temos dito:

Depois do 25 de Novembro (de 75) as bases tendentes a criarem em Portugal um regime de Capitalismo de Estado têm vindo a ser desmanteladas.

Foram-no primeiro, timidamente, pelo Partido Socialista, a partir de 1976, e, depois deste, pelos governos que se lhe se-

guíram: processo que se intensificou com o governo AD, formado em consequência das eleições de 2 de Dezembro último. Perante as desocupações no Alentejo, as desintervenções do Estado em muitas empresas, as desnacionalizações, etc. o Partido Comunista não ofereceu qualquer resistência. Nem sequer soube defender as «suas conquistas 1974-75». Abandonou milhares de trabalhadores que confiaram num «Estado socialista ao serviço dos trabalhadores», com a promessa que um dia tudo voltaria a esses «verdes anos» pós-revolução...

Sentindo-se desesperançados, desolados — veja-se o caso dos trabalhadores alentejanos — muitos trabalhadores agora voltam-se para o anterior projecto de Poder: o dos «patrõeszinhos» e, sem o saberem muito bem, para a Europa dos Nove...

PORQUE é um governo onde em oito ou nove meses, se somaram fraudes, corrupções, aumentos de preços, repressão nos locais de trabalho, intoxicação ideológica, aumento de emigração... enfim: um governo que parecia ter assumido uma imagem negativa de deslealdade, conquista mais votos? Vem de melhor os seus discursos?!

Que se passa?!

Tentemos ver: a AD é, em Portugal, não apenas uma coligação de partidos mas mais que isso: a AD agrega, atrás da sua imagem de Poder as tendências marcantes da História deste País — a força dos militares (não é por acaso que Soares

DEBATES

- Anti-militarismo, Objecção de consciência e perspectivas não violentas
- O Homem perante o medo e as prisões
- Eco-radicalismo e Alternativas
- O Anarquismo HOJE

EXPOSIÇÕES

- Mandrágora

TEATRO

- Pintura surrealista
- Anti-nuclear

MÚSICA

- António Pedro Braga
- OR-GAS-TI-KU
- Raul Abracadabra
- &'f
- Grupo dois

BANCAS

No Centro S. P. Alcântara, ao Largo do Calvário (Ver Pág. 3)

Carneiro é o seu candidato à presidência), o obscurantismo da Igreja (representando as forças mais retrógradas deste País) e o gosto nobilitário, a mania das grandezas. Tudo isto colorido com cores europeizantes e ecologistas (?). Força e estabilidade. Com o apoio dos distritos rurais do Centro, Norte e Ilhas, a AD construiu uma imagem, na qual o português se reencontra com o seu passado salazarento — afinal aquele que toda a sua vida lhe foi inculcado.

NOVAS IMAGENS DO PODER

O patrão messiânico, apoiado pelo militar e o seu governo expedido, é agora objecto das novas imagens do Poder.

Cansados de ouvir falar em «socialismo», que se dizia estar a construir-se por cá, muitos trabalhadores voltaram-se para o patrãozinho. Aquele que lhe garante um emprego — se aceitar um contrato a prazo e for obediente.

A passividade com que se assistiu às desocupações de terras no Alentejo — desfazendo assim o esforço de milhares de trabalhadores rurais por recuperarem terras abandonadas e assegurarem a sua sobrevivência — mostrou bem a viragem. A religião do Capital vem agora sobrepor-se a todos os discursos: «final quem tem o dinheiro não são os patrões?». Ipois, se assim é só eles podem criar novos empregos, criar o «bem

estar para todos os portugueses!» «O que este País precisa é de trabalho!» Estes aspectos do «discurso comum» reinem em si um programa secular: burguesia = «acalmia social» = trabalhar muito para lucrar...

MAS por mais discursos de Poder que pintem e repintem a situação, este quotidiano de miséria, de frustração, acabará por vir ao de cima: salta na sua evidência os gastos estrondosos com as «forças armadas» e os outros orçamentos para a habitação quando centenas de milhares de pessoas vivem em barracas; saltam na sua brutalidade as taxas de analfabetismo (inclusive dos «letrados-analfabetos» na prática) pela incultura, a mortalidade infantil, a estupidificação informativa, a existência, numa população de 10 milhões de pessoas, de quase 800 000 deficientes; uma agricultura de sobrevivência que se prepara para a corrida CEE; uma mentalidade assente no trabalho braçal, no esforço físico — com desprezo pelas inovações tecnológicas e a organização das actividades tendentes à diminuição dos horários de trabalho — e um «património cultural» em degradação contínua...

Perante a miséria deste País — que na Europa só tem paralelo com a Grécia — a mistificação só pode assentar nas armas na Polícia que não pára de aumentar, reforçar os seus efectivos e propagandear-se na televisão.

Por aqui entra-se no campo da «oposição» onde cada parti-

do se tenta apresentar como melhor gestor que a AD. Por aqui existe também o caminho para o maniqueísmo no combate que a «oposição» faz ao inimigo comum AD: maniqueísmo que leva a que se fale contra a AD, como ente abstracto, sem se saber porquê.

ESTES problemas para nós não são panaceias. Fazem parte integrante do quotidiano em que nós nos situamos, por falta de capacidade de esboçar/construir alternativas concretas.

Não são panaceias porque para nós a questão não se resume à linearidade da análise pelos partidos. As questões pendem-se com a recusa global do Poder do Estado.

Al estamos nós:

No interior do Sistema — é possível estar fora dele? — procurando em toda a parte desmontar as suas engrenagens, desmistificar os mitos, alargar os espaços de autonomia pessoal (que conduz à colectiva), destruir o Poder em todas as suas formas...

...Forjando os laços de solidariedade consciente entre todos aqueles que têm mais alguma coisa a querer desta vida do que um patrão, um chefe, um «leader», um padre...

entre todos aqueles que no quotidiano, procuram quebrar as malhas do Poder e construir os espaços de vivência desalienante do quotidiano e de organização igualitária possíveis:

NÓS ESTAREMOS AÍ

na miséria do quotidiano, A BATALHA um jornal que não pensa por ti!



A BATALHA

FORTE
PAGO

ANTIGO ÓRGÃO DA CONFEDERAÇÃO GERAL DO TRABALHO
FUNDADO EM 23 DE FEVEREIRO DE 1919

MENSAL — DEZEMBRO DE 1980 N.º 68 - 10\$
— ANO VII — VI SÉRIE —

NA ENCRUZILHADA...



Entrevista
com:
**DIZZY
GILLESPIE**
Alqueva

Ofensiva
sobre
o
horário
de
trabalho

A
luta
juvenil
em
Zurique

na miséria do quotidiano, A BATALHA

um jornal que não pensa por ti!

SÓ OS IMBECIS ACREDITAM NA DOCE SEGURANÇA

- DE 1945 A 1975 HOUVE 26 DIAS DE PAZ
- A CONQUISTA DA LIDERANÇA INTERNACIONAL
- PORTUGAL: ANÃO COM COMPLEXOS E DEPÓSITO NUCLEAR
- QUANTO MAIS O PODER SE REPRODUZ MAIS CUSTA A VIDA SER VIVIDA.

1

Numa recente estatística publicada pela UNICEF, organização das Nações Unidas, é revelado que nos trinta anos seguintes ao fim da II Grande Guerra Mundial, houve na Terra apenas 26 dias de paz, entre países, todos o mesmo ano e no mesmo mês: Setembro de 1945! Depois, seguiram-se nada mais que 116 guerras, em 60 países, com a intervenção de 81 Estados. Nestos outros morreram 25 000 000 de pessoas... Fora as que não foram contadas!

No trizão dos números, este-se a brutalidade de um quotidiano, uma sociedade que a passos largos vai cavando uma verdadeira destruição — não apenas da espécie humana, mas de todos! Na paz, na tranquilidade do seu lar, o cidadão «seguro», só por imbecilidade pode viver a sua «segurança».

Na verdade a morte, o extermínio tornaram-se uma constante da cultura do século XX. Fala-se hoje de destruição dos recursos, da extinção rápida das espécies, da morte lenta num quotidiano opressivo em que a vida assume aspectos de morte, na guerra que por todo o lado está — fria ou quente.

No fundo aquilo que se fala sempre é da morte. Do medo dessa morte que se sabe ou apenas se pressente não ser natural. Ela tornou-se o nosso referencial obrigatório...

2

No panorama internacional, vivemos um século onde as dimensões se alargaram a dois aparelhos de enquadramento, das influências das grandes potências. Neste século um facto significativo irrompeu na cena do Poder: o capitalismo de Estado. Primeiro na Rússia (1917). Depois da Segunda Guerra Mundial, o sistema propagou-se por todo o mundo, isto apesar das constantes rivalidades internas, das constantes dissidências em relação a uma liderança e hegemonia por parte da URSS.

O marxismo como Teoria de Poder, de que a maioria dos sistemas se reclama pelo menos reinvindicar como inspiração, está há muito ultrapassado. A nova classe no Poder — a tecnoburocracia —, enriqueceu a teoria de muitos subtilizos, eficientes, enfim, alargou-a consideravelmente. Avaliar o marxismo para julgar o capitalismo de Estado nestes países, já não basta. Há que analisar primeiro esses sistemas de Poder.

A recente questão da invasão do Afeganistão o que revela na sua forma mais imediata? A loucura de um sistema que abertamente se envolve numa guerra obviamente desastrosa? E a invasão pelo China do Vietname? E a invasão do Camboja pelo Vietname? No fim de contas aquilo que surge ao de cima, é a natureza expansionista destes países, os so-

nhos hegemónicos e belicistas da nova classe no Poder.

E a Polónia será apenas uma «má aplicação» do marxismo? Ou o ecodir de uma sociedade reduzida a papagueadores de verdades oficiais, a comentadores das obras de Marx ou do líder do momento, e que não tem outra saída que as prisões, a dissidência?

Final a nova forma de poder, ao serviço dos trabalhadores, revela no fornecimento, nos objectivos as mesmas aspirações militares, o mesmo intento de perpetuar o domínio da classe dominante.

A liderança neste bloco foi e continua a ser uma questão importante. No século XIX e nas primeiras décadas do nosso século, a liderança, na concorrência da sociedade mercantil, pertenceu à Inglaterra. A qual a foi perdendo em favor dos Estados Unidos após a I Grande Guerra.

Ora, a grande viragem do final dos anos sessenta, politicamente, e a contestação desta liderança. O mundo capitalista de iniciativa

privada, vê por todo o lado surgirem pequenos e grandes países multipolarizando as decisões que antes cabiam às duas grandes potências. A estrondosa derrota americana no Vietname, a queda de prestígio que gozaram no pós-guerra, tudo isto veio minar a liderança americana.

Por outro lado, a burguesia mundial vive cada vez mais num terror, é por um lado o contínuo avanço de influência soviética, as crises económicas continuas como a que eclodiu depois de 1973, em virtude do aumento do petróleo por parte dos países exportadores. A partir daí as «soluções» económicas das grandes da Europa e do mundo, conhecem então verdadeiramente um ponto fraco, os países das suas dependências energéticas. A isto a burguesia só pode responder pela força, reorganização dos aparelhos de domínio, talvez uma nova propaganda que oculte os espíritos mais inquietos, tipo «direitos humanos», etc.

A isto, o novo presidente americano procura oferecer uma resposta em termos de poder, maiores despesas com o armamento, nova maquinaria repressiva, aumento do intervencionismo americano. Enfim, o recender da nunca esquecida imagem de uma «América senhora do mundo», capaz de manter protegidos da sociedade mercantil, pertenceu à Inglaterra. A qual a foi perdendo em favor dos Estados Unidos após a I Grande Guerra.

res neste e naquilo; onde os hó- quel em patins se sucedem às grandezas imperiais dos descobri- mentos e aos esteiros (Lisnave) maiores do Mundo.

4

...Em Portugal — dizíamos — aquilo com que nas eleições anteriores e nos do momento (presidenciais) se tem jogado é com a escolha entre dois apoiantes a estes projectos militaristas, a esta intenção/atitude repressiva a este reforço do Poder.

Final tanto a «Frente Republicana» como a «AD» não se defendem da necessidade do alinhamento de Portugal na N.A.T.O.? da necessidade do Reforço das Forças Armadas? Não defendem a integração de Portugal na C.E. E? E agora nestas eleições presidenciais, os dois candidatos basicamente em jogo, Soares Carneiro e Ramalho Eanes, não apoiam eles exactamente estes projectos?

Ora, a «esquerda» nomeadamente o PCP, ao apoiar o General Ramalho Eanes, não está apenas a «votar» que um outro tipo de repressão colonialista seja o presidente, «o mal» o menor, mas a manifestar por um lado a coacção de partilha do mundo, por outro a apoiar o reforço do poder americano neste país! Na verdade, sem colónias com que oiga que «o seu país é tão grande como a EUROPA», o cidadão nacional quer sentir-se orgulloso pela mania das grandezas, a mania do «somos melho-

(Continua na pág. 5)



A BATALHA

ANTIGO ÓRGÃO DA CONFEDERAÇÃO GERAL DO TRABALHO
FUNDADO EM 23 DE FEVEREIRO DE 1919

MENSAL — JANEIRO DE 1981
— ANO VII — VI SÉRIE — N.º 69-10\$



Já são demasiados
País Netais para
que possamos
acreditar neles

Desastre nuclear na União Soviética

Entrevista com Arrabal Desafio à obstetricia A maternidade como prazer

Acerca da democracia e da luta anarquista

CRÓNICA DO TRABALHO, FRAGMENTOS DUM REAL, INVENTÁRIO
DA NOSSA MORTE, MOVIMENTO LIBERTÁRIO

...E MUITO MAIS

O SUICÍDIO DE SÁ CARNEIRO

O QUE SE PASSA
EM PORTUGAL

Eanes ganhou e Sá Carneiro desapareceu para sempre.
O momento que vivemos é um intervalo na ascensão vitoriosa da Aliança Democrática.
Eanes adquiriu a consciência política suficiente para que o Governo não venha a eclipsá-lo — outros se evidenciam atrás dele, desde os reformadores do M. S. D. que hesitam entre o mero oportunismo político e um certo compromisso social-democrata inatingível pelo P. S. histórico.
Será o Presidente capaz de se agigantar a ponto de, brevemente, ser o motor do Estado?
Os partidos serão capazes de lhe opor o seu próprio equilíbrio?
Estará no futuro próximo comprometida a independência dos sectores mais activos dos trabalhadores?
O Presidente não é para já uma figura apta para, gradualmente, vir a sobrepor-se ao Governo. Primeiro porque a sua rectidão e isenção é afinal uma inépcia e ignorância política.
Depois porque os partidos portugueses têm personalidade autónoma — fundamentaram-se historicamente a partir da Esquerda obrigando a Direita a fazer o mesmo quanto às suas duas grandes formações (CDS e PSD).
O PCP ficou-se, por responsabilidade com a luta do passado configurado nos seus dirigentes não fará senão aberturas postíças.
E o peso do Passado cimentará por dentro o que o PCP é para fora — o espectro que a Direita agita de vez em quando mas também o extremo fixo e conservador que dá votos sem nunca chegar a partilhar o poder. O PCP é feliz por ir a rebuque, está sempre apelo do governo, fora dele mas sempre atrelado e legalizado.
O PS perdeu e aprendeu — pois não eram veleidades morais que o agarravam ao programa mas o peso pessoal do grupo histórico de Mário Soares. Agora com este entre parêntesis conseguirá arranjar pon-

tos de contacto com as figuras menos peninsulares e mais europeias do PSD. Por vários meios. Dele não saíram outras experiências porque o PS é o Partido Socialista e se a extrema esquerda não estica o PS só pode esticar para a Direita.
O PSD é a massa dos detentores do poder português médio, de raia regional sem os comprometimentos do CDS com o marcelismo nem com a hierarquia mais estagnada e conservadora do interior.
Seu único chefe era um homem desenquadrado da Europa e o símbolo vivo de uma tenacidade irreal que teria de morrer assim necessariamente.
O PS histórico do exílio apercebeu-se com a derrota das eleições que esta força cresceria e se desenvolveu em Portugal sem esperar pelo 25 de Abril — agora oferece-lhe os colaboradores europeus que afinal o PSD, sem o dizer e ao vencer as eleições, lhe exigiu.
O CDS é um partido possível. Não tão extramuros como o PCP mas certamente entre dois caminhos: o envolver-se no labirinto social-democrata e perder a sua identidade eleitoral não-socialista ou então conservá-la e articular-se a permanecer um partido com poder fixo e eleitorado circunscrito para as ligações (um pouco como o PCP mas sem a especialidade deste).
O PPM é um partido estruturalmente anti-socialista, situado tanto à direita como o CDS mas mais ágil, porque pequeno e irresponsável. As suas originalidades programáticas fazem-no naturalmente crítico mas pode muito bem arrastar o CDS para o cerne da intriga política sem deixar alternativas aos não-socialistas eventualmente desencadeados contra o CDS.
Este quadro dá-nos uma ideia de como o Presidente, entre a distância para com o Governo, as exigências dos apoiantes, a dependência e os limites legais cujo tornearamento exigiria certa habilidade, não pode unir-se a uns para atacar outros.
Tanto o Governo, como os partidos, como a instituição militar, como a Constituição não seriam

tão ingéniosos que deixassem o Eanes sem personalidade política decidida.
Assim, Sá Carneiro morreu por acusar Eanes naquilo de que ele, ao menos, tinha a certeza absoluta e que nunca fez meter-se em política. Por ambição ou precipitação deu com a cabeça na parede do silêncio e da omissão, ignorando pura e simplesmente o entendimento natural dos partidos e morrendo «à portuguesa». Como D. Sebastião, morreu sim, mas devagar.
O QUE SE PASSA COM OS TRABALHADORES
E o sector mais activo dos trabalhadores?
Está comprometido?
Está sim. Está comprometido.
A evolução desde o 25 de Abril pulverizou-os em sucursais sindicais e culturais dos partidos.
Esta que era inicialmente uma organização de ataque são hoje uma estratégia de defesa — num e noutro caso os trabalhadores habituaram-se a viver aos bocados.
A UGT promete vir a ombrear com a CGTP.
E enquanto a primeira procurará juntando os amarelos aos que, até pela tradição libertária, buscam uma certa independência sindical, ir para a esquerda, a segunda vai-se modular.
As greves tomar-se-ão pequenas paralizações técnicas para pressionar e as comissões de trabalhadores, se não desaparecerem com a revisão constitucional, hão-de vir a indiferenciar-se dos sindicatos.
As comissões de moradores se não desaparecerem já hão-de perder o interesse e aprofundar-se mais de conselhos de famílias como as assembleias de condóminos criadas por Franco em Espanha.
As cooperativas agrícolas já tão amputadas hão-de vir a recorrer à dependência do Estado cada uma por si, ou em conjunto.
Todas as outras cooperativas hão-de seguir o mesmo caminho.
Outros vínculos surgem em Portugal entre cidadãos: Juventude,

Região, Marginalidade ou Abstenção.
Mas até que ponto existem?
Todos tiveram um partido há dois anos atrás e o que lhes resta é o voto útil, o mal menor, o realismo — um esforço irrisório de votar desafiando o controlo da situação à correlação dos partidos.
Quanto ao antifascismo é natural que não se venha a pôr já claramente.
A MUDANÇA DE SITUAÇÃO
Mas que significa Eanes reeleito e Sá Carneiro morto?
Eanes é um compromisso? Não. Eanes é um intervalo. Sá Carneiro morreu também e que os partidos com outros chefes continuem a falir.
Fafal a alta política não estava definitiva: pode-se ser Sá Carneiro e morrer assim — estupidamente — o que dizer que os partidos ao jogarem tudo no seu chefe não deviam sobreviver à morte deste. Mas sobreviver — hão-de arranjar outro dirigente que também terá esperanças ou receios mas nem resolverá os problemas nem os levará ao limite.
Pode-se ser Freitas do Amaral e ser-se ultrapassado pelos acontecimentos fazendo chicana e perdendo a calma.
Pode-se ser Soares Carneiro apoiado pela AD e perder as eleições por tantos votos.
Pode-se ser Mário Soares e calar o bico no próprio partido e ser Cunhal e apoiar Eanes.
E o que está por detrás de Eanes e como contrapeso da AD, e dum possível governo de iniciativa pre-
Presidente?)
O agravamento das condições de vida, uma maneira de viver impossível que o simples aumento de salários não pode remediar, a repressão da liberdade de expressão na Televisão, nos jornais e em todo o lado, as prisões arbitrárias e o superpoder da polícia.
Seria aceitável congratularmo-nos com a vitória de Eanes e festejá-la

como um meio-termo capaz de permitir o reagrupar da esquerda se não tivéssemos problemas tão agudos. Mas como se os tem e já se é maduro não se pode dar tudo a quem não tem carácter nem personalidade.
Das duas, uma: ou não temos problemas ou deixamos-nos de considerar menores.
O QUE SE PASSA COM A ESQUERDA
Será a esquerda alguma coisa? Eanes eleito, a esquerda devia aproveitar-se e tentar voltar a actuar em força. Mas não o conseguiu por duas razões e os que acreditam na esquerda sabem-no muito bem: primeiro porque em 6 anos decorridos a esquerda colaborou, teve medo, teve remorsos e não tem animo para voltar à ter e esforçar-se.
Segundo porque Eanes foi eleito por votos AD, tem atrás forças definitivamente vacinadas contra a esquerda e voltar a 1975 seria dar ao imediato reforço da AD (com o apoio de Eanes) vendendo desta vez, conquistar mesmo Portugal.
O PS, o PCP e a UDP vivem com saudades do 25 de Abril e não são capazes senão de aproveitar nas ocasiões para voltar atrás — dão tanto nas vistas que os homens de Eanes, muito antes da esquerda sair à rua, hão-de ter a AD engalhada há muito tempo. E obvio.
A esquerda quer também entrar na Europa e ficar ao nível da esquerda francesa, por exemplo — quem é capaz de afirmar que os problemas económicos e sociais portugueses existem porque Portugal está atrasado? Não, Portugal vive em 1980 como a França e a Inglaterra.
Por outro lado o PS, o PCP e a UDP levantaram o medo de Soares Carneiro — valeu a pena perder tanta personalidade, limitar tanto os movimentos, elogiar tanto Eanes para que o homem de Nicolau pedresse assim por tão grande margem de votos?
Não? A esquerda já não diz nada.
(Continua na página 5)



A BATALHA

ANTIGO ÓRGÃO DA CONFEDERAÇÃO GERAL DO TRABALHO
FUNDADO EM 23 DE FEVEREIRO DE 1919

MENSAL — FEVEREIRO DE 1981
— ANO VII — VI SÉRIE —

N.º 70-12\$50

Como o Fisco nos rouba...

Fala-se agora muito de evasão fiscal e até mesmo aqueles que, por trabalharem por conta de outrem, não escapam à extorsão fiscal, também a têm no corpo, supondo que por isso terão de pagar menos, quando se sabe que o Estado arranca à população na medida da sua insaciabilidade.

A democracia, a ma's infima ou elementar, cessa à partida das repartições de Finanças e contra estes tentáculos nada há.

Números dos Impostos

Mas não se fala, nem se desmota a desalmada exploração fiscal. Nem os partidos, interessados em receberem os seus subsídios, nem as pessoas pensam que o cidadão exerce apenas para pagar o que lhes mandam pagar, sem poder verificar nem contestar.

Quando o trabalhador recebe o seu salário já lhe descontaram 19%, quando em 1974 era de 12,5%. Mas depois disso ainda as Finanças vêm extorquir-nos o imposto Complementar, que ninguém sabe como se processa. Recebe-se a ordem e paga-se; certa ou errada não há apelo, e aqui está um processo da maior extorsão fiscal. O indivíduo depois de receber o resíduo dos seus vencimentos com a dedução dos descontos feitos desde logo, no final do ano, as Finanças, arbitram-lhe uma quantia para a subsistência do agregado familiar e na diferença entre este valor arbitrário e o que afinal recebeu faz incidir o tal imposto complementar, o insaciável imposto.

Apresentamos aqui a demonstração dum família trabalhadora que tem o cuidado de contabilizar os seus proventos — exclusivamente os seus salários — e as extensões fiscais a que está sujeito.

Em 1979 venceu de ordenados o total de 390 130\$00 e destes retiraram-lhe dos descontos habituais 54 735\$80, vindo afinal a receber, antes que lhe apareça o imposto complementar, a quantia de 245 425\$20.

Como é uma família de casal e 3 filhos o fisco arbitra-lhe para subsistência da família para todo o ano as seguintes verbas:

Para o casal, 120 000\$00. Por escola, e sempre no processo do tira e põe que se presta a todos os «ofícios», concedem-lhe mais 20% de rendimentos até 150 contos: 30 000\$00. Para 2 filhos até 11 anos, 10 contos cada, e um com mais de 12 e 20 000\$00: 40 000\$00. Total 190 000\$00.

(Continua na página 10)

A população mundial continua a crescer. Somos já, habitantes do mundo, 4 bilhões e meio. É um número calculado. Segundo o Anuário Demográfico da ONU o aumento (diferença de mortes e de nascimentos) da população nos dias de hoje é aproximadamente 10 mil pessoas por hora. Um ritmo de aumento de 1,4 por cento. Na Antiguidade esse número era expresso pelo valor 0,002. Na Idade das Trevas 0,3. No séc. XIX 0,6 e até à I Grande Guerra 1 por cento.

Não é preciso ser-se «barra» em matemática para ver que estamos perante uma progressão geométrica. É como a história do inventor do jogo de xadrez que pediu em paga desse feito, a um rei da Índia, os seguintes grãos de trigo:

1 — pelo 1.º quadrado do tabuleiro; 2 — pelo 2.º; 4 — pelo 3.º; 8 — pelo 4.º; e assim sucessivamente. Pareceria modesta a sua recompensa se não se subisse verificar que ao chegar ao 64.º quadrado do tabuleiro a quantidade de grãos de trigo se escreve assim (não é preciso cair para o lado!):

18 446 744 073 709 551 615.

...E, leitor, pode confirmar pelas contas que fizer!

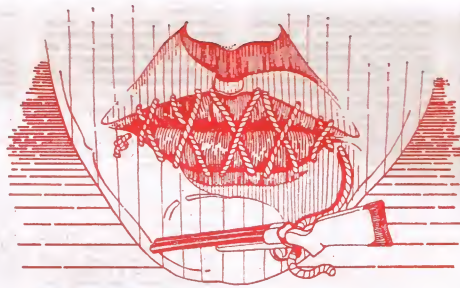
Claro que não se pode transpor imedia-

MAS NÃO as soluções, que certo consenso defende, de ser a forma guerreira a básica do controlo populacional em termos mundiais.

De modo nenhum essa pode ser uma alternativa, por todas as injustiças que a portadora. Por todo o horror que abarca. Mas por outro lado é um espectro que começa a pairar sobre muitas conversas e posições.

A situação internacional é muito quente. Existem neste momento fortes possibilidades para a cena internacional se tornar explosiva. Deflagrando nova guerra mundial, com utilização de todas as novas técnicas de morte que os Estados possuem. E já não existem só bombas atômicas ou de neutrões; há-as já bacteriológicas, meteorológicas, químicas, etc.

Mas



Não...

tamente este exemplo da matemática para a demografia.

As pessoas morrem. E nascem. Apenas a subtração entre isso pode ser comparado ao exemplo dos grãos de trigo. E essa é a realidade que nos preocupa. Pois até ao ano 2018 prevê-se que a população mundial duplique a actual: 9 bilhões de pessoas.

E quantos morrerem de fome? E em que condições viverão?

Enquanto isso, muitos governos mundiais continuam a organizar a sua política de crescimento populacional. Mesmo Portugal tem insistido que a taxa de natalidade diminua alguns por cento!

A questão terá obviamente de ser posta já e em cada um. As novas crianças terão de ser efectivamente desejadas, em consciência daquilo que poderão vir a passar neste planeta em que tantos problemas sociais existem relacionados com a superpopulação — mas principalmente devido a uma realidade chamada *capital*.

É evidentemente necessário o controlo dos nascimentos que cada homem e mulher tem de ter em conta.

E quando os métodos falham o mal menor abortamento terá de surgir.

A guerra não pode ser de modo algum entendida como impulso homeostático, mas sim como uma forma de que se reveste o Poder.

E não há guerras sem militares. Os militares são, pois, aquelas figuras que muito são gozadas, no ridículo de muitas suas acções, mas, afinal, tanto respeito-temor impõem.

Quantas pessoas se não auto-apagam perante uma farda?

Quantas veneram a postura do militar? Quantas regalias não detêm os militares? O espírito militar é um braço da Ideologia do Poder.

Escusado será dizer-se, visto isto, quanto o indivíduo é reduzido ao entrar na caserna.

Mas, mesmo assim, ainda existe o gado patriótico, aqueles que estão prontos a agacharem-se à primeira palavra ou ao primeiro gesto dos homens que ostentam o uniforme da defesa da pátria.

A sacrossanta pátria que quer partidos de esquerda quer de direita defendem, fazendo os respectivos apelos à produção e à manutenção do sistema, desumanizando as relações convencionais entre as comunidades isolando-as por fronteiras.

Anarquistas somos universais. Não temos, nem queremos, pátria para defender.

A nossa luta é pelo fim de todas as forças militares, inclusive as supostas ao serviço do povo.

Nesse sentido, somos antimilitaristas convictos e unânimes a nossa luta a todas as que tendam à destruição de quaisquer fronteiras e de todas as obrigações militares.

A luta contra este sistema mundial de economia capitalista, terá pois de ser também mundial. Não se pode conceber uma verdadeira libertação se não se puder atingir formas *anacionalistas*, através das formas várias de Acção Directa.

A! estamos nós, porque esta vida cada vez cheira mais a poder e cada dia está mais intragável.

E nessa base que apoiamos as lutas pela Objeção de Consciência. Mantendo-nos contudo conscientes que esta não é senão uma parcela (e uma reforma) da luta que terá de ser generalizada e oriunda da dinâmica do processo social, das vontades dos indivíduos.

Porque ser militar contradiz ser pessoa. Porque ser autoridade opõe-se a Liberdade.

DE PÉ!

Há 62 anos, completados no passado dia 23 de Fevereiro, apareceu A BATALHA, para diariamente ser a voz autêntica e inextinguível dos trabalhadores e porta-voz da organização sindical, então a União Operária Nacional, que breves meses após se transformava na Confederação Geral do Trabalho.

No seu primeiro número, em editorial intitulado O OPERARIADO EM MARCHA dizia: «Com o aparecimento de A BATALHA assiste hoje a organização operária nacional, merço dum rasgo de audácia dum grupo de trabalhadores, efectivamente suscitado no seu arrojado empreendimento «ela Central dos Sindicatos Portugueses, à realização de uma das mais queridas aspirações, aspiração que vem de longa data. E a terminar: «Pertencemos à grande falange trabalhadora, desordenosamente classificados, de sub-gente. Mas esta sub-gente, que tem aspiração e tem alma, que tem aspirações e que pretende viver uma vida livre, esta sub-gente que em face dos rudes ataques dos nossos encarniçados adversários tem caído por vezes, mas que tem caído sem

pre de pé, esta sub-gente levanta-se num novo esforço para vir agitar ideias, subindo de anátema quem batulhar por essas ideias e embrenhar-se em lutas gigantescas, rudes, ingenuas.»

E A BATALHA ainda aqui está no mesmo imperativo de luta, com o mesmo rasgo de audácia dos seus pioneiros, em contraste com uma Inter-sindical ou uma UGT, possesoras de verbalismo, evocando os vultuosos números, de filiados, recebendo prebendas e a toda não foram capazes duma iniciativa igual:

Explica-se bem o facto: o diário A BATALHA era a voz própria, autónoma, do movimento sindical; hoje essa voz, mo érdica, será O DIÁRIO monopolizando o auditório que teme perder. Duas épocas, duas realidades, que se confrontam, mas a primeira sem recuo de confronto.

E contudo, A BATALHA vive! Eppur si muove!

62 anos, de lutas, perseguições, prisões, deserro, destruições ataquas da direita e da esquerda, sem comparação. Mas de pé!

JORNAL ANARCO-SINDICALISTA



ANTIGO ÓRGÃO DA CONFEDERAÇÃO GERAL DO TRABALHO
FUNDADO EM 23 DE FEVEREIRO DE 1919

MENSAL — MARÇO DE 1981
— ANO VII — VI SÉRIE —

N.º 71-12\$50

JOSÉ TAVARES UM PRESO POLÍTICO

1

José Tavares foi preso acusado de furto de armas num posto da Guarda-Fiscal de Pedregal-Francia. Acompanharam-no mais três companheiros espanhóis armados.

José Tavares é também acusado de ter, na altura sequestrado um guarda. Foi preso em Outubro de 1980 e aguarda desde então julgamento na cadeia regional de Leiria.

2

José Tavares furtou efectivamente. Mas não sequestrou. Porque é que José Tavares decidiu lucidamente uma coisa e a outra não?

Porque José Tavares tem um princípio. Furtar armas e furtar a liberdade de seja quem for não são coisas iguais.

Se José Tavares decidiu passar este risco pela liberdade que pratica não iria achar que limitar a liberdade seja de prosseguir.

José Tavares começa por ser um idealista e idealista significa (para quem julga que os ideais são quimeras porque num a consegua prática): possuir uma vincida maneira de agir que se comdora verdadeira e honesta — é esta a distinção entre um religioso e um idealista; o religioso acredita mas o idealista age.

Se José Tavares acha que a liberdade é o melhor sistema de relações entre os homens, acha que é preciso arriscar a vida para furtar armas por essa liberdade, então José Tavares só limita a liberdade quando lhe é absolutamente indispensável.

Para quem não consegue ser idealista, José Tavares explica: ele conseguiu porque tinha estrutura para isso, outros não conseguem porque não têm.

3

Quando José Tavares aparece com mais três indivíduos armados a fim de furtarem armas a situação é claríssima: obter as armas o mais rapidamente possível e exigi-las de modo tão irresistível que um único guarda não tem outra hipótese senão anuir e esperar.

Mas se a perseguição, a repressão e as arbitrariedades de um País que teve a sua PIDE mas não teve o seu 25 de Abril se abate diariamente sobre três espanhóis e os obriga a tomarem cautelas especiais, levando-os em seguida a conservarem o guarda por mais tempo do que Tavares achava indispensável, será culpa de José Tavares?

Entre a imposição de poder absoluto sobre um simples guarda e a necessidade urgente de três companheiros espanhóis que viram ainda há poucos anos irmãos e amigos assassinados pela polícia de Franco, José Tavares foi submetido pela precipitação dos acontecimentos e pela anormalidade da situação.

José Tavares, o José Tavares, meu amigo de sempre, não sequestrou ninguém — nunca o poderia desjar e não o desejava.

Se o acusassem disso então:

José Tavares seria condenado por um crime que não foi gerado pela sua vontade, mas pela precipitação afirmativa de circunstâncias claramente anormais.

Quem se consegue pôr na pele de três espanhóis que viram irmãos serem mortos à sua frente, amigos torturados, que, ainda há poucos anos, por cada opinião exposta publicamente se arriscaram ao garrote?

Quem é capaz de imaginar o que sentirão três pessoas quando o recelo, o recio de quem está marcado desde pequeno pela brutalidade e violência de um País onde os excessos e a violência da polícia são já tradição, os acomet? Ninguém se habitua à violência... mesmo quando se luta contra ela porque se viu demais, porque se jurou acabar com o que a alimenta e à violência que se quer fugir.

Se a acusação valesse então José Tavares seria condenado pelo guarda não ter conseguido transformar-se no superhomem e resistir — mas assim é absurdo: se José Tavares, sem culpa sua não teve as condições necessárias para decidir a vontade, o guarda muito menos; a culpa de sequestro não é nem de José Tavares, nem dos três espanhóis, nem do guarda — é do recelo mútuo que surge sempre quando, num lugar isolado se enfrentam pessoas armadas e que não pode ser atribuída a ninguém em particular.

Por último se a acusação valesse, José Tavares seria, isso sim, condenado pelas suas ideias políticas.

José Tavares encontrouse envolvido num sequestro, sem intenção

Depois de descobrir Portugal imponente o padrão e interior-se do que os indígenas lá não trocam colares de pérolas por correntes (pois até lá tentam trocar petroleiros) o general Figueredo descobriu também que quanto a presos políticos os indígenas não estão nada atrasados



— a isso o poderia ter levado a sua decisão de fazer um furto político mas não por sua vontade.

4

Há umas diferenças entre o furto político, o furto social e o furto do gangster.

O furto político tem ideias por trás, tem projectos, tem esperanças, tem programas — e quando os tem tem-nos reiterados, militados, solidos, insistentes, tem atrás a biografia coerente de um homem a comprovar a honestidade de uma ideia.

O furto social é o outro que está dentro do furto político, é o furto que recupera o que é seu ou os meios de voltar a reaver o que se fez e que nos tiraram.

O furto do gangster ou é uma maneira de ter sido antes de se ser comandador ou então de continuar a ser.

José Tavares fez um furto político primeiro e fez um furto social depois. Não fez com certeza o furto de um gangster.

José Tavares é esse homem, esse tipo de homem que demonstra os seus actos, que é capaz de ter ideias e de praticá-las à letra como ninguém. A quem o persegue não adianta perguntar como José Tavares, no mesmo tempo, em 1980, conseguiu ter agido sempre conforme achava justo. Quem o conhece pode testemunhar: José Tavares é um homem (como pessoa) do nosso tempo e por isso soube ser um só. Perseguiu-nos porque não o conseguem imitar mas não adianta perguntar — isso está na fibra das pessoas como José Tavares.

José Tavares fez um furto político e ditou com clareza mas as ideias que o levaram a fazer, as ideias de liberdade e libertação são as ideias que nos contam, por menor por menor como ele o fez.

5

Que se conclui de José Tavares, preso político em Portugal e de José Tavares isolado, desiludido mas não abandonado?

A CHUVA QUE FAZ FALTA

Acentua-se cada vez mais um agravamento geral das condições de vida da população, as actividades industriais ou paralisam ou funcionam a ritmos dependentes de favores governamentais que, afinal, são exorcismos ao país por aqueles que não sabem lidar com a tortura e a carestia e de todos os modos e feitios.

Agora a seca veio agravar ainda mais este quadro sombrio da sociedade portuguesa, mas a acrescentando a raciação de preços com as montanhas e sequeiras do acobimbaramento e especulação.

A consequente falta de exemplo traz nos a ameaça de redução de tempos de trabalho com as inevitáveis conflitos derivados dos maneios contra as actuais condições de trabalho. Mas não bastando já se insinuam, mais audaciosos na circunstância, os agentes dos grandes politizados a advogarem a oportunidade das fontes de energia nuclear.

No sector económico a crise acentua-se com a recuperação de velhos privilégios e de favoritismos, ao mesmo tempo que no largo sector estatizado se estabelece a inépcia e o apetite da nova casta de gestores situados nos vários quadrantes partidários.

A nível social o país separa-se pelo túmulo político, o fanatismo burocrático e a congestão urbana da crescente modernidade do ruralismo próprio do salazarismo. A escola, cada vez mais fábrica de embalar sabedoria, é também um privilégio de casta por onde se calibra as camadas da classe dominante; e a cultura é fornecida pelas mass media em câmbio de televisores, debates das digressões venerandas ou do concelho de S. Bento.

O povo, especialmente nas classes trabalhadoras, que em breve se esgotaram das iniciativas que criaram mas deixaram empalmar, apenas batufista o seu descontentamento quando devia estimar as suas energias.

O vago político e social acentua-se especialmente na ausência duma movimentação estruturada da população activa, dos trabalhadores, concretizando os seus problemas e a sua intervenção em termos nitidos numa articulação própria do que se entende por democracia directa.

Sindicatos, comissões de moradores e de trabalhadores, cooperativas ou outras formas de associação não têm agora a acção que lhes corresponde nem procuram convergir para uma concertação. Mais correntes de trans-

(Continua na página 8)

(Continua na página 8)



A BARRICA



ANTIGO ÓRGÃO DA CONFEDERAÇÃO GERAL DO TRABALHO
FUNDADO EM 23 DE FEVEREIRO DE 1919

MENSAL — MAIO DE 1981
— ANO VII — VI SÉRIE —

N.º 73-12\$50

1.º DE MAIO

● REFLEXÃO, DECISÃO E LUTA
— TRABALHADORES, HOMENS E MULHERES, JUVENTUDE E DESEMPREGADOS

Quando neste dia suspendemos o trabalho é para reflectir sobre os inúmeros problemas que enfrentamos e decidirmos o nosso destino. É assim o 1.º de Maio.

PARA ONDE VAMOS? Somos os que tudo produzimos mas o nosso salário é regateado. Perante nós está sempre o espectro do desemprego; os preços sobem vertiginosamente tornando efémeros os aumentos salariais que dificilmente se alcançam.

O governo quer aumentar as rendas de casa com agravamentos anuais ameaçando-nos com o destino miserável das «barracas».

A INFLAÇÃO E OS SALÁRIOS — Com o sistema da inflação o governo quer submeter os salários a um nível arbitrário, mas não domina os lucros especulativos e os consumos sumptuosos que são os maiores factores da inflação, e ainda acelera os preços livres que, numa escassez de mercado, produz a sua elevação acelerada.

Os sindicatos, atrelados aos partidos, preferem procurar apenas o aumento de salários. Como o sistema capitalista limita o valor do salário e valoriza os preços, continuamos a nossa escravatura ao salariado e ao jogo do processo de produção. E as suas greves a conta-gotas — e não em todas as classes — quando alcançam o aumento este já está ultrapassado.

A luta deve processar-se frontalmente contra os preços e a protecção dispensada aos grandes interesses pelo governo com a justificação da CEE.

TECNOLOGIA E DESEMPREGO — Aceleraram-se os desenvolvimentos produtivos e quanto mais se produz, no reverso temos o desemprego. Nem por isso os preços baixam. O progresso tecnológico reserva o benefício total para o capital e a miséria para o trabalhador. Afinal qual é o benefício?

Aqui está a permanente actualidade do 1.º de Maio de 1895.

Os trabalhadores querem partilhar do progresso tecnológico e a redução da jornada de trabalho para 6 horas é o mesmo imperativo de há 95 anos.

QUE DEMOCRACIA? — Será a que se estadeia na Assembleia da República e a dos governos maus «pagadores de promessas»? Será este o caminho para o socialismo? Serão as nacionalizações em que certos partidos puseram tantas das suas esperanças para se tornarem o estábulo de engorda da classe dos gestores?

Quando o salazarismo desabou, o Povo, os trabalhadores, as pessoas assumiram a sua verdadeira função democrática, resolvendo colectivamente os seus problemas criando comissões de moradores: os trabalhadores, com as suas comissões assumiram funções autogestionárias. Era a democracia directa que depois os partidos degeneraram para fins eleitorais.

O Colectivo dos Anarquistas e Anarco-Sindicalistas, que não tem nem que ter programa eleitoral, não apoia governos nem partidos, faz a sua opção pela autogestão popular como meta do 1.º de Maio.

O «OVO DA PÁSCOA» — O governo que nos promete progressos e bem-aventuras apresentou um orçamento do Estado que reduz as dotações para a assistência, a saúde, a educação e a melhoria da vida das populações, mas aumentou o orçamento militar.

Não haverá pão, nem hospitais, nem escolas, nem assistência infantil, mas haverá mas gerais, mais carros de assalto, mais polícias, prisões e tribunais.

MAS TAMBÉM... — ...Estamos perante a crise do Capitalismo e do Estado como da própria civilização.

Temos bombas atómicas, armas nucleares, exércitos e aparelhos repressivos. Temos grandes indústrias que geram desemprego e a depreciação da natureza tornada o inferno da poluição. Mas ignora-se o seu destino com a crise das fontes de energia. Será o Inferno nuclear?

Trabalhadores! Nas fábricas, nos campos, nas populações e nos bairros reconstruamos as organizações populares de resistência e de estruturação da verdadeira democracia directa. Será a verdade do 1.º de Maio. Será o renascimento do espírito libertário, enérgico e criador do nosso povo.

1 de Maio 1981

PELAS 30 HORAS SEMANAIS!
PELA AUTOGESTÃO!

CONFRONTAÇÕES INDISPENSÁVEIS

Desarmaram-se os palcos da grande contenda eleitoral, mas se ouvem os azedumes dos políticos em S. Bento à volta de um «orçamento de guerra» ou a ensaiarem a reforma da Constituição que para uns é «a segurança da esquerda» e para outros é «o desespero da direita». Resta um clima de depressão e de desespero acelerado pela subida vertiginosa dos preços e pela insegurança. Agita-se o aumento das rendas de casa. O fantasma da inflação.

Os partidos estão em discussão pelos congressos; as coligações estão em saldo de fim de estação.

Aceitam-se algumas greves sectoriais de reclamação salarial, principalmente em sectores de directa incidência na vida quotidiana da população que se arrastam nas fastidiosas do governo, das empresas como das burocracias sindicais.

Nalguns casos essas greves nem sequer têm uniformidade de acção, controladas por inúmeros sindicatos em oposição ou que privilegiam exclusivos interesses de categorias ou quadros, demonstrando que ainda não deixaram de ser sindicatos corporativos da herança salazarista.

Em grande parte os trabalhadores não conseguem acompanhar a competição salarial de-

gradando-se cada vez mais as suas condições de vida. O movimento sindical não tem, portanto, uma resposta comum, nem diferente, correspondente a toda a classe trabalhadora.

A Intersindical ou a UGT não têm em si, pelo seu reformismo e partidarismo, capacidades de alterar este condicionalismo, nem possibilidades de articular uma ofensiva generalizada de defesa dos interesses gerais dos trabalhadores, uma confrontação com os monopólios, as mafias de intermediários que dominam os mercados e os privilégios que se consolidam. A luta económica não é exclusivamente salarial, têm inevitavelmente implicações de ordem social e política.

Enfascados em literatura pontica os militantes sindicais deveriam de analisar a experiência sindical dos anos 20 com o resultado das lutas exclusivamente salariais no período do pós guerra.

Algumas das greves, como a do gás e depois as dos transportes, conformadas nos termos das leis sindicais e da greve e temendo ensaiar lutas ilegais, arrastam-se intermitentemente produzindo pesados sacrifícios para a grande multidão que diariamente tem de circular entre a habitação e o local de trabalho distante. E o governo em «conversas em fa-

mília» procura do facto colher benefícios do desfasamento entre o interesse das populações e as greves sectoriais.

Os sindicatos, misturando ortodoxamente o interesse privado corporativo com o interesse colectivo dos trabalhadores, não encontram uma perspectiva de acção comum, e de alcance social, para além da limitada negociação salarial, e paradoxalmente são confrontados em muitos casos pelas empresas nacionalizadas, que foram a sua grande esperança infantil dum caminho para o socialismo na fácil e comprometida fraseologia dos partidos chamados «operários», em conclusão tornados o «ovo da Páscoa» da nova classe los gestores que além de dominarem as empresas preponderam também nos chamados partidos «democráticos».

As estruturas sindicais da Intersindical ou da UGT estão confrontadas com o sistema político e económico, jogando no estilo liberal em que o governo é afinal o árbitro que, como o outro dizia, o seu negócio «é os números».

As minorias sindicais esperanças em alterar este sistema por dentro não encontram viabilidades e se, nalgum acidente eleitoral, ascenderem à direcção sindical caem e se-

(Continua na página 2)

O ORÇAMENTO GERAL DO ESTADO-1981

Defesa Nacional, e Objecção de Consciência

O mês de Março foi entre nós o mês da política económica do governo o mês da apresentação e aprovação do Orçamento Geral do Estado, o OGE.

Não me proponho tanto fazer aqui uma trajectória crítica, deste orçamento, mas apresentar sobretudo uma crítica a esse orçamento, a partir da Defesa Nacional. Para tanto digi-se que a verba atribuída à Defesa Nacional foi de perto de 45 milhões de contos, e que pela sua vez a verba do Fundo de Habitação não chegou a 3 milhões de contos, e a verba da Agricultura e Pescas ficou-se pelos 12 milhões, e a dos Transportes e Comunicações em 11,7 milhões.

Acrescente-se nesta paisagem a diminuição dos orçamentos da Habitação e Transportes, o aumento do orçamento da Defesa em mais de 5 milhões de contos, (duas vezes o orçamento dado à Habitação), o aumento dos impostos de 45 milhões de contos, ou seja 23,5 por cento em relação a 1980, e as diminutas verbas atribuídas ao poder local.

Garcia dos Santos, actual chefe do Estado-Maior do Exército disse um dia que um País, uma Nação valia o que valiam as suas forças armadas. Nem mais. Os portugueses, o Zé Povo, a partir de hoje, vai sentir-se contente de saber que o seu dinheiro alimenta o aumento remodela ou paralelo técnico e militar deste, pois o exército é a glória da Nação e de um Povo, tal como os dirigentes dizem. A

prática torna-se assim um absurdo onde o indivíduo não é individualmente, mas só nacionalmente. E a Nação é o Exército.

Quem vá a Moscavide, e passe ali pelas traseiras do quartel, Beirolas creio, ficará deveras admirado com o espectáculo. Dezenas de senões comas, de viaturas militares estão para ali abandonadas, ao sol e à chuva. Entre essas muitas dezenas, há mesmo carrinhas de enfermaria com a cruz branca e vermelha, camiões do mesmo tipo para transporte de feridos jeeps, carros de lagartas, e outros, para ali às dezenas. Soube depois que este material era património da Nação e da sua história. Era o que nos restava, e que glória, das guerras de África, dos milhões de contos da Defesa Nacional, das dezenas, ou centenas, de vidas que por lá ficaram. Contudo não aprendemos a lição, pelos vistos.

O absurdo de existirem forças armadas é assim como o absurdo de no século 17 haver uma instituição que se chamava inquisição, ou tribunal do santo ofício. As forças armadas são a profissionalização do ofício de matar. Não se lhes chama à realidade, os mercenários, ou outra coisa do género, porque elas estão legitimadas pelo próprio poder, quando não são elas próprias o próprio poder. (Não é por acaso

que na escola a profissão que mais me fizeram admirar, foi a profissão militar, policial ou banditescas. Havia lá em casa um autêntico arsenal de brinquedos bélicos). Contudo o resultado das acções mercenárias, bandoleiras, ou militares, é sempre o mesmo. Assim a história tem-nos mostrado, que um grupo de bandoleiros ou mercenários de ontem, se torna no exército, louvado e devoto, de amanhã. Que se passou afinal em Espanha com Franco, ou em Cuba com Fidel, senão exactamente isto mesmo. Também a profissão da inquisição era o ofício de matar, torturar, e era tão absurdo que um dia os homens aboliram-no.

As forças armadas são tão cómicas, ou tão absurdas, que se prestam ou para fazer poemas, ou excelentes caricaturas desde o recruta zero zero um às BD antimilitaristas de Monk ou de Riser. Contudo todo o seu cómico, todo o seu ridículo, lhes vem apenas da sua excessiva seriedade. Elas são assim parecidas a um ditador muito bem penteado tipo Franco ou Hitler, a viver em casa da mãe, tipo Salazar, a pescar à linha nos feriados, tipo Stalin, de quem não podemos deixar de ir apesar do medo, do temor que por ele temos.

A primeira grande crítica, no campo das realidades, às forças armadas é a necessidade que elas têm de sacrificar as liberdades in-

(Continua na pág. 7)



um intervalo do espectáculo político

E estamos num intervalo do espectáculo político; desçam o pano, o público foi para o sítio, os "aristas" estão nos camarins recompondo as maquiagens. Aprovado o orçamento do Estado o governo procura consolidar a coligação e lança-se na recuperação de todos os privilégios em crise, de reconstituir grupos poderosos e querer convencer-nos que o grande progresso do país só se alcançará com o aumento dos benefícios privados e que só com estes entraremos na nova idade de ouro, a CEE. E para contentar e destruir as hipóteses de colectivização agrícola vai distribuir sementes ao iludido rural que não pode investir na recuperação agrícola do solo.

No segundo acto teremos a revisão da Constituição, que Kalilás Barreto (ou barrete) classificou de "a melhor defesa do trabalhador".

Para já a ameaça mais séria e imediata é a que impende sobre a habitação. O governo, surrivelmente, quer estabelecer um segundo regime de arrendamento assente em bases de indúrio e de premeditada especulação, abrindo caminho ao aumento acelerado das rendas de casa e à ofensiva geral dos senhorios procurando causas de despejo e conflitos para eliminar os actuais arrendamentos para entrar noutro regime. E como não há habitações para uma população supercongestionada a especulação aumenta e a necessidade de habitar (garantida na Constituição) terá de ser anuída no destino das "barracas".

Não esqueça o ministro da habitação do que está, nos mesmos termos, ocorrendo na Alemanha, também com o escândalo de ministros a proteger os magnatas da construção.

Este tipo de sociedade que já não permite a tranquilidade do lar, que não consegue estabilizar as populações, que não garante a disponibilidade de habitações para as pessoas, os que vive nelas sob a ameaça do despejo e sujeitas a aumentos até ao esgotamento da economia familiar, que alardeia promessas de regimes de "casa própria" que hipotecam a economia das famílias por longos anos e ficando jangado à casa de que jamais se pode afastar, é uma sociedade decadente, uma civilização em crise e a ruptura da estabilidade social.

Mais grave do que as panaceias do ministro comprometido com as sociedades imobiliárias que esperam os grandes negócios é que o público está no intervalo do espectáculo, está alheio às suas responsabilidades sociais e políticas.

Também o agravamento geral dos preços em grande proporção, e o governo, despuadorado, promete (e quantas promessas tem feito) que se mantém a taxa de inflação quando o concreto é que os preços sobem e o nível de vida se degrada.

Nos camarins os partidos jogam as hipóteses do Poder; os sindicatos de conformação corporativa, alienados às regras contratuais e leis sindicais em que se comprometeram, não conseguem formular uma visão de conjunto dos problemas dos trabalhadores na sua globalidade, sujeitos ainda às suas alienações partidárias.



Neste número:

Os funcionários envergonhados

A 5.ª Conferência da Reforma Agrária

Bobby Sands e a hipocrisia

Repensar o teatro para crianças

A guerrilha Social

A CNT neste mar de repressão

Um boletim anti-apocalíptico:
o sentir da primeira política

As próprias instituições populares, portadoras de capacidade de intervenção, como por exemplo a Associação dos Inquilinos, começam também a declinar e a cair no jogo político que privilegia apenas os partidos que alienam as pessoas.

Estão em crise as instituições tradicionais que serviram o jogo democrático tradicional; o volume e a gravidade dos problemas que temos de resolver com a nossa intervenção directa estão nas fábricas, nos campos, nos bairros, nas populações e não cabem no espaço polido dos gabinetes.

A queda do fascismo suscitou nos trabalhadores e nas populações o verdadeiro esquema de luta e de intervenção. O jogo "democrático" dos partidos tratou a grande movimentação social das pessoas.

Procuremos de novo o bom caminho. □

A política do terrorismo e o terrorismo da política

Todos os governos têm os seus fantasmas para justificarem os seus exa-geros, os seus desatinos e eliminarem os seus adversários, sim, porque as leis dos Direitos Humanos, os Habeas-Corpus, essas fantasmas utópicas incomo-dam e prejudicam o exercício do Poder.

Há descontentamento, protestos, e isso a que se chama democracia excede-se e incomoda o Poder? Acabar de vez assim como fez o Salazar já não se usa, até porque gera descontentamentos colectivos: encomenda-se à Comunicação Social um programa televisivo, com a rádio e os jornais estatizados, forja-se um terrorismo. Se se provar que há terrorismo tem de haver leis de excepção; então aplicam-se e aceitam-se. O Poder pode descansar.

Se há terrorismo lá fora porque não haveria de haver cá? Se lá fora há leis anti-terroristas, ficaríamos aqui ao sabor dos discursos? Assim pensou o governo da AD e com ele, embora de estilos diferentes, também se impressionaram os deputados da direita e da esquerda.

Assim se forja uma política de terrorismo.

Assim como o juiz vê no réu ou no homem da rua um criminoso em potência, os governos, com a sua bitola nacional, vêem no cidadão um terrorista em potência. Mais se justifica que haja afinal o terrorismo da política, que infunda respeito no cidadão, o amedronte, e assim não haja explosões, nem bombas nem assaltos a bancos (por fora).

As polícias precisam de meios. Se prende pessoas não será para as pôr na rua; se elas ficarem presas e até se souber que há "terroristas" sem processo organizado mas na cadeia; que se pode estar preso simplesmente à ordem da polícia e se pratica a "eliminação física" que perdura na reforma prisional de fascismo em vigor, isso tudo ajuda a corrigir esse refinado marionete em potência que é o cidadão comum, o terrorista por excelência.

Assim se prepara o terrorismo da política.

Houve a greve dos maquinistas. O governo pegou no fantasma da greve e veio chorar na TV e na rádio a triste sorte do passageiro, o trabalhador que com o passe pago todos os dias vai dar o corpo à máquina da produção, sim, porque doutro modo paravam as actividades capitalistas, faltavam as matérias primas e os rendimentos. Então recorreu ao terrorismo da política e fez a requisição civil.

Mas o mesmo cidadão tem carências de habitação, tem o lar a arder do maldito despejo, do aumento da renda e da especulação, vive a intranquilidade que pode ser acrescentada até com a derrocada da casa. O governo AD favorece em todos esses jogos os proprietários concedendo-lhes o novo favor, e tu, inquilino, não protestas porque não queres ser terrorista nem incorrer na alçada da lei anti-terrorista.

Mas há prédios desabitados, outros para demolição numa espécie de sistema de escalas. Não tocarás nes-

sas casas; irás de preferência abrigar-te numa barraca porque não te esqueças que pode funcionar o terrorismo da política, e não cuides que possa haver a requisição civil das casas desabitadas ou para demolir porque a política do terrorismo favorece exclusivamente o direito de propriedade.

Que a Constituição favorece o "direito de habitar"? Mas esse direito foi desalojado antes de funcionar!

Há contratos de trabalho que são negociados, assinados e legalizados e depois aguardam... Reclamas ou fazes greve? Espera que isso faz parte da política do terrorismo. Se fizes greve, se praticares descascatos, isso não, porque pode haver a requisição civil, sobre ti cairá o terrorismo da política.

Todos os dias os preços sobem, por isso a que aquilo. Quem não pode perder é o que produz e vende. O que compra tem de pagar.

Pediste aumento de salário? Se vier, os impostos aumentam por si mesmo porque funcionam em percentagem. Evasão fiscal? Isso é terrorismo. A evasão fiscal só se pode fazer em grande porque é crime na medida dos teus proventos. Cautela com o terrorismo da política!

Estás desempregado? Quando trabalhavas descontavas para o "desemprego"? Não penses em assaltar bancos, porque os bancos é que te podem assaltar. Se estiveres no sistema de "aquisição de casa própria" e não pagares o tempo por estares desempregado, o banco não perdos e lava-te a casa.

O banco está ao abrigo da política do terrorismo, e ao contrário tu incorres no terrorismo da política.

Angustiado pelos problemas da vida, por veres o salário esgotado no princípio do mês, falarem-te em democracia e não teres voz, só poderes aplaudir do Cunhal ao Balsemão, se escreveres na parede o teu protesto o polícia prende-te e levam-te a julgamento. É o terrorismo da política.

O Freitas do Amaral chicaneia o Presidente e este desmente-o; tratam-se mal e falam ao respeito às chamadas dignidades oficiais, mas isso não é acessível ao cidadão, terrorista em potência, porque isso é a política do terrorismo.

Assaltaram um banco? Terrorismo! O tribunal ordenou o despejo da casa dum trabalhador para o senhorio abrigar o alto preço? Isso não é terrorismo; a Lei, é o respeito pela propriedade, é a ordem social protegida pela política do terrorismo.

Então iam entrar na CEE sem uma lei anti-terrorista? Os nossos "brigadistas" iam incendiar o Mercado Comum como se tratasse do mercado da Ribeira? Assim, com a lei anti-terrorista já podemos mandar os presos do caso PRP e outros para Belfast e os da ETA viem para Cústóias, e formar-se aqui umas universidades para Judites a nível europeu, com diplomas de bachareis em terrorismo oficial e estatizado.

Democracia, até onde te prostituem!



A CRISE DA MAIORIA

1 — A remodelação ministerial

Conforme já era de esperar surgiu a primeira remodelação ministerial. Atrás da aparente estabilidade política a AD não é afinal aquela maioria coesa e nítida nascida para permanecer. Balsemão mostra-se em muitos aspectos incoerente e sem vela para mandar — esta remodelação da qual a saída de Ferreira do Amaral foi ponto alto é portanto um sintoma de crise, não um mero reajustamento.

Se Balsemão não manda, outros haverá que querem tentar a sua oportunidade. Exteriormente a remodelação surge com uma expectativa — a de que há uma renovação, a de que a AD não estabiliza ante uma crise social e económica que prossegue. Contudo, do que se ouve, não é a crise que agita a cena política é a cena política que se agita a si própria.

2 — Revisão constitucional

A revisão constitucional tem dois atractivos: a garantia dos planos que se fazem para o futuro e a sua actualidade política (as novas maiorias que se avizam, os consensos que se imaginam para um futuro próximo).

A revisão é um jogo político especializado — a todo o momento se compram vantagens de momento com preços de futuro. É que a revisão da Constituição está muito próxima dum tentativa de perpetuação do presente.

Como o jogo é de especialistas as

movimentações políticas terão que necessariamente ser palacianas, subterráneas e eruditas.

O projecto da FRS é subtil e ambíguo (conforme o reconhecem alguns dos seus próprios autores) e da AD (um dos brilhantes de Marcelo Rebelo de Sousa) insiste na supressão das referências ideológicas da actual Constituição mas também não as substitui por outras. O do PCP e do MDP são projectos cujo interesse político só pode ser imediato: mostrar os partidos da esquerda como partidos legais e conservadores, defensores rigorosos do actual ordenamento constitucional.

O PCP faz aqui a figura do erudito e sério contra a expertise e versatilidade dos outros.

3 — O Presidente e os outros militares

Quanto ao Presidente confirma-se pela segunda vez que o seu valor como peça do jogo político não nasceu dele, foi provocado, e irreversivelmente, pela hegemonia da AD. O último incidente foi o do Congresso das Comunidades em que o PR se arriscava a ser puro e simplesmente gozado...

Quanto ao futuro dos Conselheiros da Revolução, em vias de extinção, adivinha-se já que, como não são inocentes políticos, se venham a relançar a título individual.

4 — A crise política

Dum modo geral a cena política consegue retirar às pessoas a consciência da crise — a AD controla e abafa todos

os órgãos que possam porventura des-sintonizar e que revelem indícios de instabilidade política. Os partidos da esquerda tentam anexar a inércia conservadora da Constituição de 76, reivindicando a salvaguarda do que ela tem de essencial e jogando naqueles sectores da AD que em 75 e 76 subscreveram algumas das passagens hoje mais desactualizadas da mesma.

Através do mecanismo da revisão vão apalpando terreno com vista à formulação de uma nova maioria — afinal o quadro constitucional não diferirá muito de uns para outros, basta que contenha aqueles aspectos vagos que uma Constituição não deve transcender e que têm o consenso de toda a gente.

O interesse de momento é fazer com que aquilo que se lê na Constituição de 76 e que parece de todo em todo irreel, seja suprimido não em honra à realidade mas em honra à credibilidade da Lei. É inconcebível que, com um governo AD ainda se leia no art.º 185 que o governo "deve corresponder aos objectivos da construção do socialismo".

5 — A Crise Social

Neste momento o panorama social está com os olhos demasiado postos no panorama político.

As greves, por exemplo, são ajustamentos sectoriais, reflectidos de algum modo a descida de nível de vida mas cada vez menos sintonizados com os outros. Surgem afritivamente pela



ANTIGO ÓRGÃO DA CONFEDERAÇÃO GERAL DO TRABALHO
FUNDADO EM 23 DE FEVEREIRO DE 1919

MENSAL — NOVEMBRO DE 1981 12\$50 n.º 77
— ANO VII — VI SÉRIE —



J. DOMINGOS

E A CP

Murmurar apenas o descontentamento, lastimar o que acontece, não basta. As pessoas têm de intervir, de protestar contra os atropelos e afirmar os direitos.

O nosso camarada Jorge Domingos, professor de biologia no Sabugal, que no ano passado assumiu a atitude de recusa do número de contribuintes na Escola de Paredes, está agora envolvido em processo judicial por ter assumido uma legítima atitude de reclamação, o que define a degradação da sociedade portuguesa.

Tomando o comboio da Guarda para Coimbra ocorreu que as carruagens de 2.ª classe se superlotavam em demasia. Os passageiros reclamavam e ninguém resolvia o caso. Ele que já dera o seu lugar sentado a uma senhora idosa, sugeriu o direito de acesso à carruagem de 1.ª classe, praticamente vazia, pois a CP tem a obrigação de garantir lugar aos passageiros a quem vendeu passagem. Os revisores, mais zelosos do interesse da CP do que do público de que fazem parte afinal, opuseram-se chegando a expulsar uma senhora idosa com certa violência e rudeza. Vários passageiros com Jorge Domingos ocuparam a 1.ª classe e os revisores quiseram cobrar a diferença de classe, que recusaram.

Os revisores comunicaram o caso para o chefe da estação de Coimbra, e quando Jorge Domingos ali desembar-

cava é abordado pelo chefe da estação e dois agentes da PSP que o intimam abruptamente a pagar a multa de 5 mil escudos, recusando-se a identificar-se a seu legítimo pedido, e ele recusou igualmente a identificar-se e a pagar a multa. De algum modo o caso está em tribunal, e os passageiros da 2.ª classe tiveram de evacuar a carruagem para como simples gado, voltarem à aglomeração.

A CP, impunemente, continua a ter o seu serviço num estado deplorável, sem atender aos legítimos direitos dos passageiros como está obrigado. Veja-se o estado deplorável do material, sem vestígios de higiene, especialmente nos sanitários, logo no início das viagens, verificando-se facilmente que não há um serviço de higienização das carruagens. É evidente que os srs. deputados da nação, que viajam em 1.ª classe a preços beneficiados, "ignoram" estes factos. Resta agora saber se o juiz, em testemunho dum país em democracia, se apenas julga o acto isolado no justo direito do cidadão ou se o considera no quadro típico dos privilégios das empresas concessionárias e magnatas que não se sentem obrigadas a respeitar os legítimos interesses do público utente e que paga.

Tem a palavra o sr. juiz, visto que mais ninguém fala.

E.S.

REGIONALIZAÇÃO, COMO?

Os programas de governo abordam de preferência os problemas que funcionam como atractivo para serem depois exactamente omitidos e conservarem o débil perfume duma esperança.

O novo governo escolheu para prato forte do seu programa a regionalização. Problema oportuno, fundamental, começará por ser escamoteado para servir apenas como alicante nas próximas eleições autárquicas. Nada se diz em que consiste, mas não será exagero admitir que se limite a transferir algumas insignificantes repartições do Estado para quaisquer cidades de província com os mesmos papéis, os mesmos burocratas e a mesma mediocridade.

Neste país com as suas possibilidades de vida acumuladas exaustivamente na faixa litoral, em cidades tumultuosas destruindo os espaços ecológicos e os seus reservatórios agrícolas, o resto do país desoladamente deserto e as povoações em decadência, a regionalização terá de ser inevitavelmente uma revolução no seu ordenamento territorial, no seu estilo de vida, na passagem duma sociedade de multidões apenas com número de contribuinte ou de passivo eleitoral para uma comunidade de pessoas com voz e intervenção.

Regionalização não é também, com certeza, a zaragata de Loures com os partidos questionando os graves problemas do conceito que não resolverão, esperando apenas o rateio das finanças locais para gerirem a seu modo.

Os governos com os seus grandes aparelhos burocráticos e técnicos reservam para si toda a gestão social e toda a formulação política; a sociedade civil terá o corpo mole, obediente, que espera as providências ministeriais.

O saneamento básico, a ordenação territorial das actividades e conjuntos habitacionais, os equipamentos sociais, tudo há-de sair do poder central, sendo necessário requerer, meter cunhas e esperar uma promessa ou a visita dum ministro numa oportunidade eleitoral.

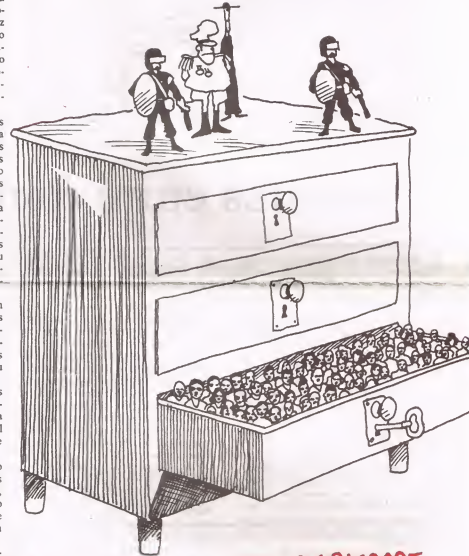
Vivemos numa economia de desper-

dícios, escravos dum produtivismo devorador, governada por uma máquina onerosa pelos custos da sua burocracia, polícias e tribunais, afinal uma sociedade em crise e amordaçada nas suas estruturas.

O homem, elemento fundamental da sociedade, está reduzido ao bruto que apenas produz, sem decisão do seu

destino, circulando afadigado entre a cidade em que apenas trabalha e o subúrbio-dormitório onde apenas vai dormir ou verificar que não tem água em casa, que se atasca na lama dos caminhos ou tem de atravessá-los às escuras.

3▶



EM WROCLAW COM O SOLIDARIEDADE

Diante da fábrica Pafawag de Wrocław, que produz sobretudo locomotivas, vimos uma série de retratos e "slogans" que recordam os manifestos eleitorais: são os retratos dos trabalhadores mais merecedores, os "stakanovistas". Uma guarda com capacete e cinturão grita e gesticula: proibido fotografar, deixem as máquinas fotográficas e os passaportes à entrada.

Uma vez passada a cancela, os responsáveis da secção da Solidariedade acolhem-nos de braços abertos. É a primeira vez que uma delegação não oficial visita a fábrica. No pátio uma cruz de madeira recorda a grande missa oficiada perante todo o pessoal durante as greves de 1980. Nas repartições algumas inscrições solidariedade, painéis, portas abertas, e os atifalantes, que antes difundiam palavras de ordem exaltando a produtividade socialista, agora transmitem as informações do sindicato independente, divulgando as notícias das lutas sindicais e os intervalos de cursos de formação sindical.

E precisamente em Pafawag, a secção da Solidariedade do Sindicato de Wrocław, que no passado de Agosto 1980 se instalou o comité de greve local (MLG); é aqui que em todo o greve geral se resguardarão os interesses do comité regional de Solidariedade; é aqui que em caso de perigo mais grave os militantes se poderão

defender. É aqui, como nas outras empresas, que existe a primeira força sindical e que as reivindicações se tornam realidade. Não se trata, pois, agora, de autogestão pois que o sistema continuará o sindicato independente a lutar pelo direito de controle a todos os níveis sobre as decisões e sobre a sua aplicação. Contudo, há de facto o verdadeiro "controlo" que se refere ao momento das negociações; não se trata de substituir os dirigentes ou de gerir a produção.

O mesmo controle se pratica por todo o lado, desde do Sindicato de Wrocław até às transmissões difundidas directamente, com os atifalantes, das Associações de Danzig (Gdansk), o princípio da rotação dos postos de trabalho, a revocabilidade dos órgãos de coordenação para facilitar os contactos com a base. Mas a democracia interna não é uma instituição — sabe-se muito bem onde leva o "centralismo buro-

crático" — praticando-se e conquistando-se dia a dia. É isto que nós, um grupo de sindicalistas e militantes do CSOPE (Comité de Solidariedade Socialista com os Opositores dos Países de Leste), convidados pela secção da Solidariedade em Wrocław para um encontro no quadro de uma campanha de apoio, constatámos e quisemos reafirmar em qualquer momento.

Uma das coisas que tinha ferido os observadores da greve 1980 era "o poder e o comportamento surpreendente dos operários que sem procurarem manifestar-se nas ruas ou diante dos poderes do poder, voltavam as costas aqueles que com um incrível desprezo, ficando bem firmes no seu terreno, exigiam que os operários fossem negociar com eles". De um lado lá está a força popular que se organiza e do outro lá está o Estado patrão, sem possibilidades de equívocos. Qualquer participação nos órgãos de Estado seria inadmissível, as negociações fazem-se na base das relações de força. Todas as pessoas com quem falámos tinham uma clara consciência disto: O Solidariedade é o movimento real dos trabalhadores; "eles" estão na base, os outros estão noutro lugar. De Wlasea, por exemplo, disse-se que se continua assim acabará por se assemelhar aos outros.

8▶

VOLTAMOS

No nosso número de Agosto, avisávamos que A BATALHA não se publicaria em Setembro por necessidade de organização.

Em grande parte devia-se ao facto de o mês de Agosto ser o das férias da Editora Sementeira que fotocompõe as nossas linhas. Contudo, e porque temos andado em sérias reformulações administrativas e porque também andamos a estudar uma Batalha ainda melhor (lá iremos! ficando desde já à espera do vosso apoio), o n.º de Outubro atrasou-se tanto que foi para a Novembro...

A BATALHA sai de novo, e contamos preparar todas as condições para não interromper a sua publicação.

Pedimos por estes motivos desculpa aos nossos leitores e colaboradores, mas (a despeito de algumas vontades — leia-se sobre isso o artigo sobre o boicote A BATALHA em Portimão, na pág. 7)...

A BATALHA Continua — porque continua a ser necessária!



A BATALHA

7-SER 59-
MENSAL
PORTO
PAÇO

ANTIGO ÓRGÃO DA CONFEDERAÇÃO GERAL DO TRABALHO
FUNDADO EM 23 DE FEVEREIRO DE 1919

MENSAL — FEVEREIRO DE 1982 12550
— ANO VIII — VI SÉRIE —

n.º 80

GREVE GERAL E OS SEUS PROBLEMAS IMEDIATOS

Afinal é o próprio governo que desvairadamente confessa a gestão ruínosa do sector público por gestores acomodados para justificar a sua provada incapacidade de gerir a crise total da economia, a sua aterradora frequência de aumentos de preços, que consente a especulação e quer manter os seus arbitrários tectos salariais. Na sequência desta desordem — que não é anarquia — quer esfarrapar as regalias dos trabalhadores até à anulação das elementares garantias do trabalho que levarão o desemprego a altos níveis.

O chamado "pacote laboral" ameaça tornar mais grave a situação social e económica dos trabalhadores.

Cada dia mais esgotadas as lutas salariais o movimento sindical não sintoniza o descontentamento das pessoas e das classes para lhes dar uma concretização em termos de luta defensiva, contentando-se com os slogans já gastos de "o governo para a rua".

A UGT, mais por jogada, lançou a proposta de greve geral que a Intersindical encaixou e tem mastigado até mais não poder. Agora acaba de decidir a "sua greve geral", tímida, de um dia, indecisa, sem vigor, mesmo tímida e que, segundo o sr. Judas, em declarações na rádio, dizia não "ser do tipo anarcosindicalista", explicando a "sua" em termos de estratégia, de linguagem dialéctica, indefinida afinal.

O que se irá passar: duas greves gerais? Uma de manhã, outra à tarde? As duas centrais porfiam em manter neste transe as suas jogadas. A Intersindical saudosa da unicidade de que se quis privilegiar, não quer reconhecer outra realidade sindical, que foi ultrapassada e que na sua atitude não corresponde à gravidade do momento.

Meditem os homens da Intersindical no exemplo da CGT em 1934, que em face da ofensiva fascista sobre os sindicatos propôs a acção comum aos cisionistas de 1925. Se grande parte dos homens da Intersindical se assumem solidários com os cisionistas de outrora porque não decidem corajosamente o pacto de luta que se impõe? Ou o PC não lhes consente por ter outro jogo em vista?

Se a greve geral se processar no estilo da greve da CP, se não houver conjugação de esforços em todos os sectores sindicais, o governo terá nas mãos um bilhete premiado. Quem assume essa responsabilidade?

Sr. Judas: não tenha medo da greve estilo anarcosindicalista; nós, trabalhadores é que temos receio dos sórdidos processos políticos e dos objectivos escuros dos comités centrais dos partidos.

As duas centrais estão à prova.

A proposta da greve geral obriga a profundas reflexões e a uma coragem de decisões que esmague até compromissos doutra ordem. □



ALTERNATIVAS CONSTITUINTES

Acentua-se cada vez mais o clima de perturbação e de desencanto das pessoas com as proporções da crise económica e institucional, esvaziando a democracia prometida de qualquer conteúdo e a sociedade civil das suas capacidades.

O pacto continua a ser o anacronismo das suas assimetrias regionais, a estorlar as suas energias e a softmar o que deveria ser o seu desenvolvimento na protecção dos interesses privados e na reconstrução de privilégios e das classes políticas acantonadas nos diversos partidos para disputarem o poder autocrático.

É assim que, sobrelevando todos os grandes problemas, a revisão constitucional absorve o governo e as oposições principalmente porque nela se instituem os poderes dominantes da sociedade, mas não é nela que a sociedade aplica as suas capacidades.

Substituição por mais progressiva que se intitule.

Quando os problemas sociais mais complexos afloram, a esculda dos preços, a miséria dos equipamentos locais e urbanos, a habitação e os transportes, o desemprego, as consequências evoluem-se para serem simplesmente absorvidas no jogo político partidário.

As próximas eleições municipais dominam agora os partidos no cuidado de garantir os seus caciquismos e o condicionalismo dos interesses que privilegiam, e é para isso que reivindicam a autonomia autocrática.

A regionalização é indispensável mas não aquela que o governo condiciona para conservar o seu peculiar poder centralizador, nem as eleições camarárias para garantir os galários dos políticos locais e das suas secções partidárias.

A regionalização tem de formar-se nas próprias populações, tomando consciência e posse dos seus próprios problemas, para debatê-los e tratá-los nas suas assembleias.

Este movimento popular tem de recriar-se, de instituir-se, mesmo à margem do poder ou da Constituição se o limitar, afastando os partidos, e actuando na ampla base do interesse comum.

É preciso inverter a ordem do racio-

cnio que parte primeiramente da natureza do regime e da ordem política relegando o que a sociedade contém de positivo, as suas capacidades, digamos democráticas, revolucionárias, de autonomia e criativas das instituições populares por mais simples que sejam.

A democracia directa não se decreta: cria-se a partir das pessoas no seu quotidiano, associando-se para suprir as suas necessidades: para criarem e modificarem o seu estilo de vida, alargando a sua actividade e formando a sociedade.

Se isto não funcionar não há constituições progressivas, nem democráticas, nem socialistas, mas haverá governos para as utilizarem a seu modo.

Os partidos esgotaram a sua precária novidade depois do colapso do partido único, mas as populações, atormentadas por todos os problemas sem solução, fustigadas a esperança e as promessas, desesperam. É esse desespero que se tem de evitar com alternativas concretas.

Para tanto criar-se um movimento popular autónomo, de monitores, de consumidores, de sindicatos livres, que nas suas assembleias tratem, analisem e decidam os seus problemas, base dum municipalismo livre, popular e autôn-

A BATALHA

APARECEU HÁ 63 ANOS

No dia 23 de Fevereiro de 1919 iniciou a sua publicação, como jornal diário, A BATALHA órgão da União Operária Nacional, depois CGT (Confederação Geral do Trabalho) e pelo país, todos os dias, esta voz de protesto e de emancipação, vibrante e verdadeira, ecoava.

Alguns dias antes sossobrava uma aventura restauracionista da monarquia, e dois meses antes desaparecera da cena política Sidónio Pais. E este jornal, porta-voz da organização operária assumiu desde logo lugar destacado na imprensa pela clareza das suas campanhas e protestos, pela nobreza dos seus processos de crítica e combate e pela invulgaridade de não depender de potentados económicos nem servir cenáculos políticos. Era a voz directa dos trabalhadores, redigida e composta por trabalhadores, de ser a voz da sua emancipação, portador das ideias libertárias e defensor da autogestão pelos trabalhadores.

Há 63 anos isto aconteceu porque o movimento sindical era uma força, tinha a sua identidade própria e a sua independência, e só por isso foi voz, ideia e realidade.

Porque esta iniciativa impar, grande num país pequeno, o movimento sindical de hoje não foi capaz de repetir, embora os seus homens falem, cheios de presunção crítica do anarcosindicalismo.

Basta dizer: porque não tem autonomia e consente que outros falem por ele. Porque faria concorrência a outros periódicos.

Mas A BATALHA continua a ser a mesma voz, a mesma presença, a mesma luta e as mesmas ideias, A BATALHA que apareceu em Fevereiro de 1919.



A BATALHA

AVENÇA
PORTE
FAGO

ANTIGO ÓRGÃO DA CONFEDERAÇÃO GERAL DO TRABALHO
FUNDADO EM 23 DE FEVEREIRO DE 1919

MENSAL — MARÇO DE 1982
— ANO VIII — VI SÉRIE — 12\$50

n.º 81

COM SINDICATOS REFORMISTAS: cada dia é pior!

A greve geral, que deveria ter sido um protesto popular eloquente para obstar à continuação da desvairada política dum governo totalmente inepto, que só decreta aumentos de preços e faculta a especulação, que só favorece privilégios parasitários, que põe em graves riscos os lares dos trabalhadores com as draconianas leis do arrendamento e a insegurança do emprego com as leis laborais, estiolou-se nas suas incertezas e na subalteridade sindical, acabando por dar lugar a um ridículo regateio entre a AD e o PC aturdido no oceano das suas contradições, aumentado com o destempero da UGT e os dislates dos variados políticos.

As poderosas razões da greve geral acabaram por serem escassa-

moteadas por jogos políticos. Começando por uma jogada de ping-pong da UGT frente à Inter-sindical na área duma crise política acabou por ser adaptada ao plano político dum PC jogando tudo para ganhar um maior espaço eleitoral.

Para os burocratas gestores da Intersindical — e nisso também muito se iludiram as minorias sindicais — a greve geral seria uma determinação das cúpulas utilizando os meios de propaganda, espremendo o dogma da unidade e confiando que tudo resultaria no quadro da missão vanguardista do partido marxista-leninista.

Não se advertiram de que já passaram os tempos folclóricos das fáceis movimentações ao brado de simples slogans.

Prevalecendo a greve geral de



objectivos políticos e deixando na obscuridade, sem relevância, o que seriam para todas as classes trabalhadoras as fortes razões para uma adesão das populações, a greve estava frustrada e propicia a todos os jogos políticos: do governo em aflição, do PC em histeria parlamentar, do PS procurando arbitrar a crise e a imprensa a jogar com os acontecimentos.

A greve geral, que deveria ter esclarecido as hipóteses de união no campo sindical, ultrapassando o narcisismo unicitário da Intersindical e a indefinição da UGT, pôs mais uma vez em relevo o verdadeiro teor da crise sindical, e dos precalços que lhe vão sucedendo, sem análise e sem solução.

Na base dessa crise está o vazio dos próprios sindicatos, a distância entre a população sindical sem participação e os quadros burocráticos e politizados que os dominam, manuseando as cobortes chamadas as "bases militantes", os "delegados sindicais" que levam para os locais de trabalho as "palavras de ordem". A participação sindical limita-se à aceitação do contrato colectivo de trabalho ou da assistência jurídica.

As greves corporativas determinadas somente por decisão das comissões negociadoras, precedidas de pré-avisos para um ou dois dias de greve, sem um espírito de determinação, tornam-se inoperantes e vão fatigando as classes sem resultados positivos. Se ainda têm alguma receptividade — é ainda pela cruciente situação que se atravessa, movida pela mola da contratação ou na hipótese de retroactivos, que no caso da greve geral não assomavam.

A EXPERIÊNCIA DA GREVE - pág. 2

Da greve decidida de facto pelos trabalhadores, nas próprias empresas, nos locais de trabalho, sem interferência das máquinas de integração dos trabalhadores que hoje são os sindicatos, fala este artigo. Essa greve é uma greve ilegal.

AUTO-ORGANIZAÇÃO E ACÇÃO DIRECTA NAS FÁBRICAS - pág. 2

"Dos sindicatos operários dos começos do século, aos Sindicatos actuais vai todo um percurso de esvaziamento, de integração, direi mesmo, de liquidação, que corresponde ao encerrar do período auto-organizativo e autónomo das lutas operárias".

DA FALÊNCIA DO MARXISMO À (AINDA) VALIDADE DO ANARQUISMO - pág. 3

Ao contrário do marxismo, o anarquismo não é dogmático. Não obedece a bíblias.

A ESTÉTICA SURREAL (3) - pág. 4

Continua esta série de textos, que tentam dar uma amostra da estética surreal, através da publicação de pequenos textos de autores surrealistas. Desta vez: Pedro Oom.

O SOL É LIVRE - pág. 5

A energia solar é hoje muito falada. Os Estados vêm a estudá-la — para melhor a recuperarem. Mas ela não é passível de controlo porque é descentralizada.

NOVA SECÇÃO

Uma nova rubrica se inicia neste número. É seu nome "Trocas Baldrocas". É um serviço para uso de quem o desejar. Queres experimentar?

A GREVE GERAL E NÓS

A propósito da greve geral nacional convocada pela CGTP-IN no passado dia 12-2, disse o Sr. Judeu, do secretariado daqela central sindical, que ela não seria uma greve geral à maneira anarco-sindicalista.

Disso não temos qualquer dúvida. É que uma greve anarco-sindicalista é uma luta geral revolucionária, global, radical. Infelizmente, pois, a greve geral de 12-2 não foi isto mas sim uma greve imediata, dividida, reformista mesmo.

E o que seria necessário para uma greve geral a sério? Seria necessário que os trabalhadores e os explorados e oprimidos em geral ultrapassassem, e se libertassem, previamente:

— dos partidos, órgãos de dirigismo e de poder, muito mais interessados em dominar e dividir do que em qualquer outra coisa.

— do sindicalismo corporativista e burocrático infelizmente ainda vigente

— do imediato e reformismo das reivindicações meramente económicas (facilmente recuperáveis pelo capitalismo) ou de substituição de governos

— ainda de outros fantasmas como a defesa da constituição e do PR (são as sociedades justas que fazem aparecer regras de funcionamento justas e não o contrário — a bonita constituição que temos não evitou as extradições, a recuperação económica do capitalismo, a destruição da Reforma Agrária, as prisões e condenações arbitrárias de antifascistas e anticomunistas, etc., etc.)

Uma verdadeira greve geral implica ainda muito mais do que a paragem do trabalho, implica a desobediência civil, a recusa activa à deterioração da vida, a acção directa.

Não foi, portanto, revolucionária a greve do dia 12. Teria sido, contudo, simplesmente negativa ou prejudicial! Cremos também que não. Ela foi, para já, um novo movimento de luta e protesto, embora inconsequente, contra a exploração e a opressão e contra a recuperação social capitalista; ela foi mais uma oportunidade de encontro e reflexão sobre o actual estado de coisas e sobre formas de luta, sim, mais avançadas e consequentes, ela foi, enfim, uma forma poderosa de tentar derrubar o governo AD, que embora não passe, para nós, de mais um governo, há que reconhecer que poucos terão ido tão longe na exploração, repressão, arbitrariedade, destruição do nível e qualidade de vida do povo português. E será apenas isto que se deve colocar em perspectiva a propósito desta greve geral, e não nos deixarmos iludir por "um novo governo" ou "uma nova política". E foi ainda nessa perspectiva que nós, anarquistas, demos o nosso apoio à greve, reafirmando embora o seu carácter limitado.

A libertação dos trabalhadores será obra dos próprios trabalhadores!